



**PLANO Nº 03/ 2014 – ATUAÇÃO DA COORDENADORIA
ESTADUAL DE DEFESA CIVIL NA FORÇA TAREFA
PREVINCÊNDIO**

Governador do Estado de Minas Gerais

Alberto Pinto Coelho

Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Coronel PM Alex de Melo

Secretário-Executivo da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Coronel PM Fabiano Villas Bôas

Elaboração

Anderson de Oliveira, Maj PM

Paulo Roberto Bermudes Rezende, Cap PM

Silvia Ferreira Costa, 1º Sgt PM

João Paulo Vieira Cotta, Sd BM

Direitos exclusivos da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais. As informações contidas neste documento são de propriedade da Cedec/MG podendo ser reproduzidas ou transmitidas a terceiros mediante citação regular da fonte.

Ficha Catalográfica

MINAS GERAIS. Gabinete Militar do Governador. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Plano de Atuação da Cedec na Força Tarefa Previncêndio. Belo Horizonte - Cedec/MG
– Minas Gerais: GMG. 2014.

95.p.; A4.

1. MINAS GERAIS. 2. Proteção e Defesa Civil. 3. Planejamento. 4. Força Tarefa
Previncêndio. 5. Incêndios Florestais.

CONTATOS E INFORMAÇÕES

Gabinete Militar do Governador
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
(31) 3915-0274
(31) 3915-9146

Diretoria de Planejamento
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Palácio Tiradentes 2º andar
31630-901 Serra Verde
Belo Horizonte - MG – Brasil

NOTA DE ABERTURA.....	5
1 IDENTIDADE PLANO DE GESTÃO FTP / CEDEC 2014.....	6
1.1 Espaço de Atuação.....	6
1.2 Área de Conhecimento.....	6
1.3 Público Alvo.....	6
1.4 Princípios Técnicos e Doutrinários.....	7
1.5 Princípios Legais.....	7
1.6 Missão.....	9
1.7 Visão de Futuro.....	9
1.8 Valores.....	9
1.9 Fatores Críticos de Sucesso.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO GEOGRÁFICA.....	11
2.1 Relações entre os desastres Estiagem / Seca e Incêndios Florestais.....	11
2.2 Os Incêndios Florestais.....	12
2.3 Cenário Natural.....	14
3 OS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	20
4 AMBIENTE OPERACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	26
4.1 Força Tarefa do Previncêndio.....	26
4.2 Principais Unidades de Conservação em Minas Gerais.....	28
5 DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO REFERENTE AO DESASTRE INCÊNDIO.....	58
6 MAPEAMENTO DE RISCOS.....	59

7	MATRIZ SWOT.....	60
7.1	Análise da Matriz SWOT.....	61
8	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS.....	62
9	FECHAMENTO.....	70
	REFERÊNCIAS.....	71
	ANEXO A - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS ADMINISTRADAS PELO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF.....	72
	ANEXO B - PRINCIPAIS CONTATOS FTP.....	95

NOTA DE ABERTURA

A prevenção é considerada a função mais importante e eficaz no combate aos incêndios florestais, e para ser efetiva precisa ser planejada, praticada e atualizada constantemente. Essas ações possibilitam minimizar ou até mesmo impedir a ocorrência de incêndios causados pelo homem que em suas práticas do dia a dia desrespeitam princípios básicos de preservação ambiental.

O respectivo Plano 03/2014 da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) busca fazer diferencial num cenário onde, infelizmente, as lacunas da fiscalização associadas aos efeitos do clima e ao deficitário compromisso social, agravam ainda mais o quadro de incêndios que atingem os biomas circunscritos em Minas Gerais. Muitas são as medidas adotadas como forma de mitigação desses problemas e referem-se a instrumentos preventivos, podendo-se destacar entre eles as políticas de educação da população, aplicação da legislação vigente nos casos constatados e o próprio planejamento interno dos atores que compõem o poder público.

Em 2013 o período crítico se estendeu por 145 dias no período de 01/07/13 a 22/11/13, o que representou 88,1% das ocorrências do ano.

De acordo com as informações existentes na base de dados da Força Tarefa Previncêndio – FTP, foram registradas no ano de 2013, 578 ocorrências de incêndios florestais dentro e no entorno das unidades de conservação estaduais. Foram apurados um total de 22.617,76 ha de área incendiada, sendo 14.623,96 ha dentro das Unidades de Conservação (UCs) e 7.993,80 ha mensurados no entorno das UCs.

A Cedec, pelo caráter estratégico e cultura sistêmica, alinha-se à estratégia governamental como agente catalisador das ações integradas de prevenção, mitigação, preparação e resposta ao desastre Incêndio Florestal em apoio à Força Tarefa Previncêndio coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

Este plano traduz o posicionamento e a estratégia da Cedec na Força Tarefa Previncêndio 2014.

1 IDENTIDADE PLANO DE GESTÃO FTP / CEDEC 2014

1.1 Espaço de Atuação

Instrumento gerencial que define as competências técnicas e específicas do Gabinete Militar do Governador (GMG), através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, em sua atuação na Força Tarefa Previncêndio.

1.2 Área de Conhecimento

1.2.1 Gestão Estratégica: capacitação dos servidores do Estado e implantação do Sistema de Comando em Operações (SCO);

1.2.2 Governança Institucional: atuação de coordenação junto aos Coordenadores Municipais de Proteção e Defesa Civil (Compdec's) e dos Núcleos Proteção e Defesa Civil (Nupdec's) nas ações de prevenção, mitigação e de preparação ao combate dos incêndios florestais; atuação integrada com os órgãos estaduais e convergência de esforços para a efetividade do desempenho da Força Tarefa Previncêndio.

1.3 Público Alvo

1.3.1 Direto e interno: Agentes da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil;

1.3.2 Direto e externo: Poder Executivo Municipal, Compdec's e Nupdec's;

1.3.3 Indireto: População;

1.3.4 Finalístico: Estado de Minas Gerais.

1.4 Princípios Técnicos e Doutrinários

1.4.1 Marco da Ação de Hyogo 2005- 2015 (MAH): Instrumento, adotado pelos Estados Membros das Nações Unidas, para sistematizar a implementação e execução das estratégias de redução de riscos, que estabelece meta de aumentar a resiliência dos países, cidades e comunidades frente aos desastres até 2015. O MAH propõe 05 (cinco) Prioridades de Ações para a tomada de decisões, em iguais desafios e meios práticos para aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis aos desastres para fins da conquista do desenvolvimento sustentável. As cinco Prioridades de Ação definem-se por:

- a) Fazer com a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade;
- b) Conhecer o risco e tomar medidas;
- c) Desenvolver uma maior compreensão e conscientização;
- d) Reduzir o risco;
- e) Esteja preparado e pronto para atuar.

1.4.2 Manual de Desastres Naturais, volume I, Ministério da Integração Nacional, Brasília – DF, 2004.

1.4.3 Manual de Planejamento em Defesa Civil 2v. Ministério da Integração Nacional. Brasília-DF, 2004.

1.4.4 Manual de Segurança Global da População. Ministério da Integração Nacional. Brasília-DF, 2000.

1.5 Princípios Legais

1.5.1 Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 (Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres).

1.5.2 Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - Sindec, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências).

1.5.3 Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 (Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas).

1.5.4 Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010 (Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - Sindec, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências).

1.5.5 Instrução Normativa nº 01 do Ministério de Estado da Integração Nacional de 24 de agosto de 2012 (Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos).

1.5.6 Lei Delegada nº 180 de 20 de janeiro de 2011 (Dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do poder executivo do Estado de Minas Gerais – art. 47 e 48).

1.5.7 Decreto nº 45.536 de 27 de janeiro de 2011 (Dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do poder executivo do Estado de Minas Gerais – art. 6º).

1.5.8 Decreto nº 45.859, de 29 de dezembro de 2011 (Dispõe sobre a organização do Gabinete Militar).

1.5.9 Lei Delegada n. 180, de 20 de janeiro de 2011, verifica-se a necessidade de revisão do Decreto Estadual n. 44.043/2005, que cria o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, denominado Força Tarefa Previncêndio, bem como, promover as adequações necessárias no que se refere às legislações posteriores ao decreto e redefinir as competências dos órgãos federais, estaduais e municipais, que compõem esta força tarefa.

1.5.10 Decreto nº 45.960 de 02 de maio de 2012 (Dispõe sobre a Força Tarefa Previncêndio – FTP – instituída no âmbito do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Previncêndio;

1.5.11 Acordo de Cooperação Administrativa, Técnica e Operacional nº1371010500512 (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Gabinete Militar do Governador).

1.6 Missão

Viabilizar a participação efetiva da Cedec na Força Tarefa Previncêndio por meio de suas competências distintivas como agente de Governança Institucional e de suas ações técnicas e específicas nas áreas de segurança, proteção social e cidadania.

1.7 Visão de Futuro

Consolidar a expertise do Gabinete Militar do Governador (GMG), através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, no apoio à Semad na gestão da prevenção e do combate aos incêndios florestais no Estado de Minas Gerais.

1.8 Valores

1.8.1 Governança Institucional: modelo sistêmico, empreendedor, promotora das conexões e das ações integradas;

1.8.2 Interação técnica: trabalho em equipe multidisciplinar;

- 1.8.3 Atuação em Rede: compartilhamento do conhecimento interorganizacional;
- 1.8.4 Liderança Relacional: perfil da liderança dos novos tempos de governança. O líder relacional compreende as condicionantes do ambiente externo, avalia as condições de governabilidade, conhece o posicionamento dos atores relevantes, identifica impactos, concebe estratégias e fortalece a cultura do pensamento sistêmico em sua equipe de trabalho;
- 1.8.5 Intersetorialidade: união de forças entre a sociedade, setor público e setor privado direcionada para objetivos comuns;
- 1.8.6 Gestão pela Qualidade: adequação ao uso, adequação à função, cultura da prevenção, visão de futuro, conformidade, confiabilidade e compatibilidade.

1.9 Fatores Críticos de Sucesso

- 1.9.1 Desenvolvimento do espírito de equipe e da cultura sistêmica entre os profissionais da Força Tarefa Previncêndio;
- 1.9.2 Alinhamento dos diversos órgãos à estratégia governamental Previncêndio;
- 1.9.3 Estabelecimento de processo de Comunicação entre os órgãos da Força Tarefa;
- 1.9.4 Compartilhamento de conhecimento e experiências para fins de adoção de condutas eficientes, eficazes e efetivas;
- 1.9.5 Sistema de Comando de Operações (SCO): atuação integrada, em caráter de coordenação, em conformidade com as competências técnicas e específicas de cada agente envolvido no processo de prevenção e combate aos incêndios florestais;
- 1.9.6 Conscientização e participação da sociedade na atuação da Força Tarefa Previncêndio;
- 1.9.7 Monitoramento das áreas vulneráveis, planejamento e desenvolvimento de medidas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução pelos Coordenadores Municipais de Proteção e Defesa Civil.

2 FUNDAMENTAÇÃO GEOGRÁFICA

2.1 Relações entre os desastres Estiagem/ Seca e Incêndios Florestais

Bastante comuns nas estações mais secas no ano, os incêndios florestais são marcados pela enorme destruição e danos causados. Além dos prejuízos sociais, os incêndios provocam sérios impactos ambientais, que envolvem fauna, flora, recursos hídricos, enfim, todo um ecossistema que pode levar anos pra ser recuperar ou até mesmo não se recuperar, ultrapassando sua capacidade de resiliência e não mais atingindo seu antigo equilíbrio. A queima de pastos para limpeza é um dos principais causas de incêndios no Estado de Minas Gerais, que associado ao clima seco, o calor e a baixa umidade também favorecem a propagação dos focos.

Quanto mais valiosa uma área ou produto florestal, maior é a necessidade de eliminar o risco de incêndios. O efetivo controle das fontes de risco requer o conhecimento de como essas operam localmente, quando e onde os incêndios ocorrem mais comumente. Estas informações estão vinculadas a um registro individual da ocorrência de incêndios, este registro é a principal fonte de toda a estatística a respeito dos incêndios. Os dados mais frequentes para programas de prevenção são: as causas dos incêndios que ocorrem; a época e o local de ocorrência; e a extensão da área queimada.

Dessa forma, a identificação de área queimada por fisionomia é de extrema importância para mapear os impactos causados pelo fogo devido à característica de cada tipo de vegetação.

Existem no Brasil políticas públicas voltadas para a conscientização da população quanto às consequências dos incêndios, sendo a maioria vinculada por meio da mídia, principalmente nos períodos em que estes desastres já demonstram uma preocupação das autoridades. Infelizmente a veiculação destas campanhas não é contínua e muitas vezes são instituídas de forma emergencial e inadequada, não combatendo a gênese do problema.

Deste modo, a elaboração do presente Plano reflete a importância de nos prepararmos para estes desastres num caráter emergencial, com objetivo futuro de também alcançar a população com foco na prevenção e conscientizá-la que incêndios florestais não são simples queimadas atingindo a vegetação e sim representam impactos muito mais profundos podendo ter amplos reflexos.

2.2 Os Incêndios Florestais

O Estado de Minas Gerais apresenta basicamente duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa, sendo esta última concentrada no verão. Esta característica climática, associada à baixa percepção de risco das pessoas e às práticas culturais inadequadas, condiciona, nos meses de baixa umidade, uma vulnerabilidade à propagação dos incêndios florestais.

As principais causas destes incêndios, de acordo com DIAS (2007), são:

- Analfabetismo ambiental – desconhecimento dos processos que asseguram a vida na terra;
- Fenômenos Naturais – raios, combustão natural, efeito lupa¹;
- Cultura / costumes, comportamento – fogos de artifício/ balões, rituais religiosos, queima de lixo, distúrbios psíquicos (piromania), fogueiras de acampamentos, litígios com o IBAMA e outros (vingança);
- Extrativismo – extração da flora, extração de madeira, extração de mel, caça e “limpeza” de área de extração mineral;
- Incidentes – preparação de azeites, fagulhas de máquinas, rompimento de cabos de alta tensão e reinição;
- Política Agrária – incentivo para práticas agropecuárias não sustentáveis, como o uso do fogo para realizar “limpeza” de áreas, queima de restos de exploração florestal, queima de cana; e despreparo dos rurícolas, que realizam manejo/ controle inadequado das queimadas;

¹ Raios solares convergem para um ponto após atravessar cacos de vidro, criando um foco de luz com muito calor.

Segundo Bosnick (1998), o combate aos incêndios florestais é uma atividade que envolve uma considerável variedade de riscos ao ser humano e aos equipamentos utilizados nas frentes de fogo. A seleção de pessoal de combate deve basear-se em uma série de exames que avaliem aspectos como: instrução escolar, condição física, saúde e atitude psicológica. Os brigadistas devem estar preparados nos aspectos teóricos fundamentais da prevenção e do combate (métodos de prevenção e combate, comportamento do fogo, uso e manutenção de equipamentos e ferramentas e normas de segurança), reforçados com os exercícios práticos correspondentes RAMOS (1995).

Conforme Medeiros & Fiedler (2003), a distribuição esporádica de cartazes, cartilhas e “folders,” divulgando o problema e formas de contato com as autoridades, geralmente tem público e alcance limitados, considerando a realidade do meio rural brasileiro em relação aos níveis de escolaridade. Da mesma forma, campanhas educativas transmitidas pela televisão, de custo elevado, também têm alcance limitado, considerando pequenos produtores rurais que não tem acesso a esta mídia, como ocorre em várias regiões do país. Além disso, as campanhas televisivas não são suficientes para trazer aos produtores detalhes sobre como realizar as queimadas, os impactos do fogo, técnicas de substituição deste procedimento e as possibilidades de diminuição dos custos associadas à execução de aceiros e de equipamentos básicos de combate.

Neste sentido, as ações de Defesa Civil devem estar alinhadas com as políticas públicas e integradas tecnicamente com os diversos agentes envolvidos com este cenário, por meio de uma clara estratégia de trabalho em rede, onde os fatores críticos que condicionam estes desastres possam ser estudados e combatidos conforme a expertise de cada ator envolvido.

2.3 Cenário Natural

2.3.1 Clima

Segundo estudo realizado há cerca de vinte anos pelo Instituto de Geociências Aplicadas (IGA, *apud* CHIARI *et al*, 2002), Minas Gerais apresenta três tipos de clima. A região Norte de Minas está sob o domínio do clima tropical semiárido, quente e marcado por longa estação seca (aproximadamente oito meses ou mais). Já o clima tropical semiúmido, conhecido também como clima tropical típico, é quente com verões chuvosos e invernos secos. Este clima domina a maior parte do território estadual. O clima tropical de altitude, por sua vez, está presente na parte central e sul, o qual se caracteriza por possuir médias mais baixas de temperaturas. O clima tropical de altitude pode ser dividido em três subtipos: de verões quentes em áreas menos elevadas; de verões brandos em altitudes médias; de verões frios, ocorrendo nas altas elevações da Serra da Mantiqueira e do Caparaó.

Vale ressaltar que a classificação anterior é bastante geral e simplificada. Portanto, é importante destacar que muitos outros fatores contribuem para compreender melhor o clima mineiro. Dentre tais fatores destacam-se: a própria posição geográfica do território mineiro, contido na zona intertropical e relativamente próximo ao oceano Atlântico (a continentalidade é diminuída por tal relativa proximidade); a topografia acidentada, que favorece as precipitações orográficas; e, por fim, a circulação atmosférica. Segundo Abreu (1998), Minas Gerais sofre influência de frentes frias ao longo de todo ano. As frentes polares atlânticas se originam, sobretudo, do oceano Pacífico Sul e alcançam regiões tropicais como o Rio de Janeiro ou o litoral do Nordeste. A massa de ar fria (Massa Polar) presente na retaguarda da frente, originada do sul do continente, atinge o Estado mineiro e provoca quedas de temperaturas no verão. Além disso, “o aquecimento continental nesta época do ano, gera intensas células de baixa pressão espacialmente distribuídas. Isto favorece a formação de chuvas intensas no Estado, muitas vezes acompanhadas por ventos, trovoadas e granizos” (ABREU, 1998, p. 17).

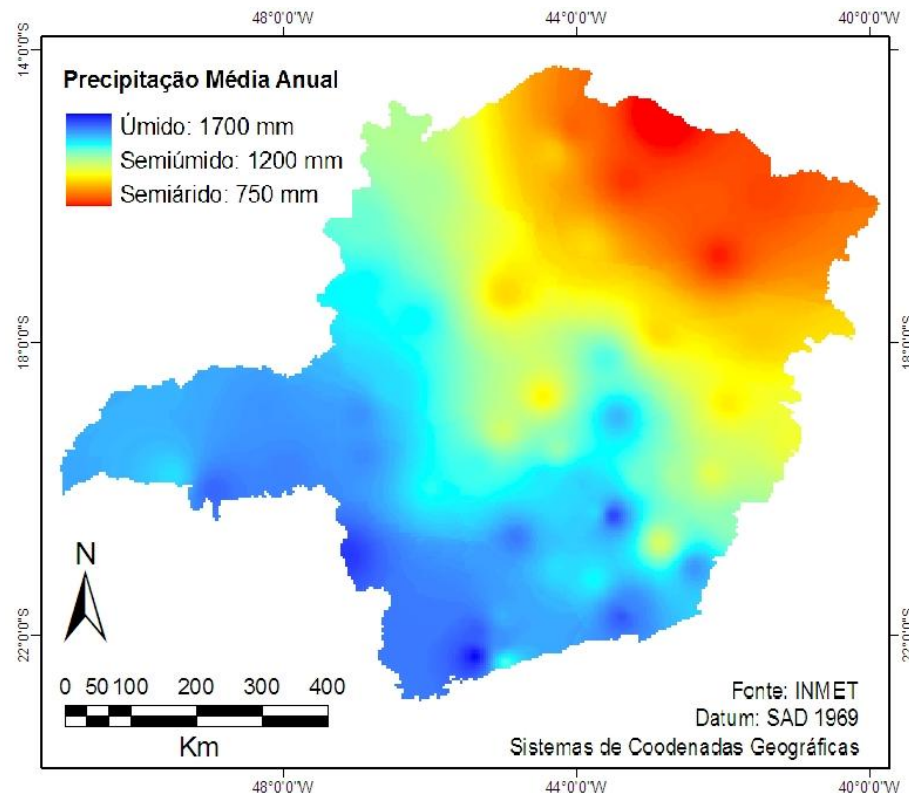


Figura 1: Mapa de chuva de Minas Gerais.

Segundo Nimer (1989) a região Sudeste, e consequentemente o Estado de Minas Gerais, são atingidos por correntes perturbadas de sul, de oeste e de leste. As correntes estão associadas à atuação da Frente Polar Atlântica e das Massas Polares, que no inverno causam quedas de temperatura no Sudeste, e, portanto, em Minas Gerais. No verão elas são responsáveis pela precipitação nessa região. Já as perturbações de leste provocam chuvas de outono-inverno. As correntes perturbadas de oeste, por sua vez, estão relacionadas a núcleos de baixa pressão, conhecidos por Linhas de Instabilidade Tropical (IT), ou seja, centros de baixa pressão, observados durante a primavera e o verão, associados ao intenso aquecimento do continente brasileiro nestas estações (verão e primavera). Segundo Abreu (1998), em tais épocas do ano, a grande disponibilidade de umidade, oriunda, principalmente, da

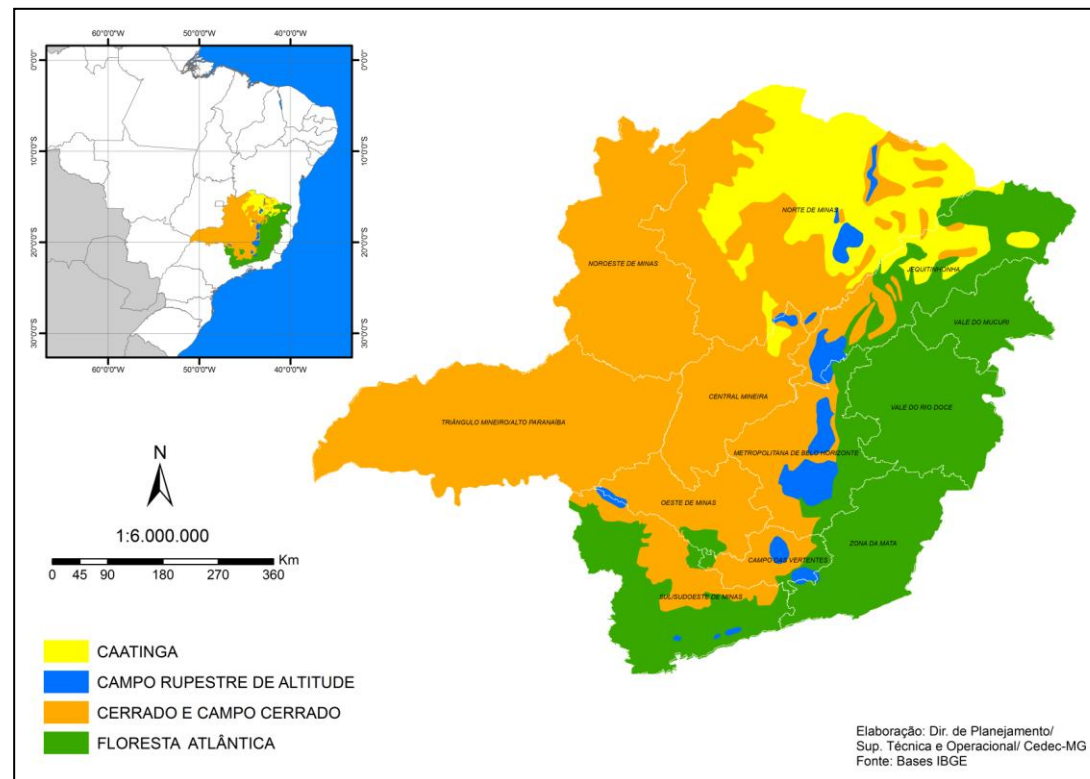
região amazônica, é transportada para leste e sudeste. Assim, estes dois fatores combinados favorecem a formação de forte convecção, que contribui para os altos índices pluviométricos observados nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, incluindo o território mineiro. Quando as frentes frias atingem a região Sudeste do Brasil, pode ocorrer uma associação entre elas e as IT, conhecida como Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), sendo responsável pelas chuvas intensas e prolongadas, que ocorrem no Sudeste, e sendo assim, no Estado de Minas Gerais.

Em suma, o Estado de Minas Gerais é dominado por um clima tropical com duas estações bem definidas, invernos secos com temperaturas amenas e verões quentes e úmidos. Na parte oriental do estado as temperaturas são mais regulares, enquanto que em direção oeste os contrastes térmicos e pluviométricos são maiores entre o verão e inverno, principalmente em decorrência do efeito da continentalidade. Com relação à distribuição da precipitação, as áreas correspondentes às porções do Vale do Jequitinhonha e Vale médio do rio São Francisco apresentam a menor precipitação total anual, menor que 1000 mm, enquanto que nos vales do Rio Doce e Mucuri, a precipitação varia de 1000 a 1200 mm. Já na região Sul, Sudoeste do Estado e em parte do Triângulo Mineiro, a precipitação anual varia de 1200 a 1500 mm, porém em alguns lugares esta mesma ultrapassa os 1500 mm.

Minas Gerais pode ser considerado um Estado de transição no território nacional, dentre eles no aspecto climático. Neste sentido, as chuvas iniciam-se primeiramente na porção sul e posteriormente na região Norte e encerra-se obedecendo também estes padrões, entretanto de maneira inversa. Historicamente, o período seco começa em maio e prolonga-se até meados de outubro, constituído, portanto, o período mais crítico se tratando de incêndios florestais. Nesta época do ano, o hemisfério sul está com menor intensidade solar e associado a isso, vários elementos que interferem nas condições de tempo são alterados deixando a atmosfera mais seca e com pressões mais elevadas e, portanto, inibindo a formação de nuvens de chuva. Destaca-se neste cenário o Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul (ASAS) como o um dos grandes responsáveis pela estabilidade atmosférica no inverno de Minas Gerais.

2.3.2 Vegetação

As diferentes formas de relevo de Minas Gerais, aliadas às especificidades de clima e solos vão condicionar as grandes unidades fitogeográficas do Estado de Minas Gerais que apresenta, originalmente, cinco biomas principais, segundo o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e (RIZZINI, 1997 *apud* CHIARI *et al*, 2002):



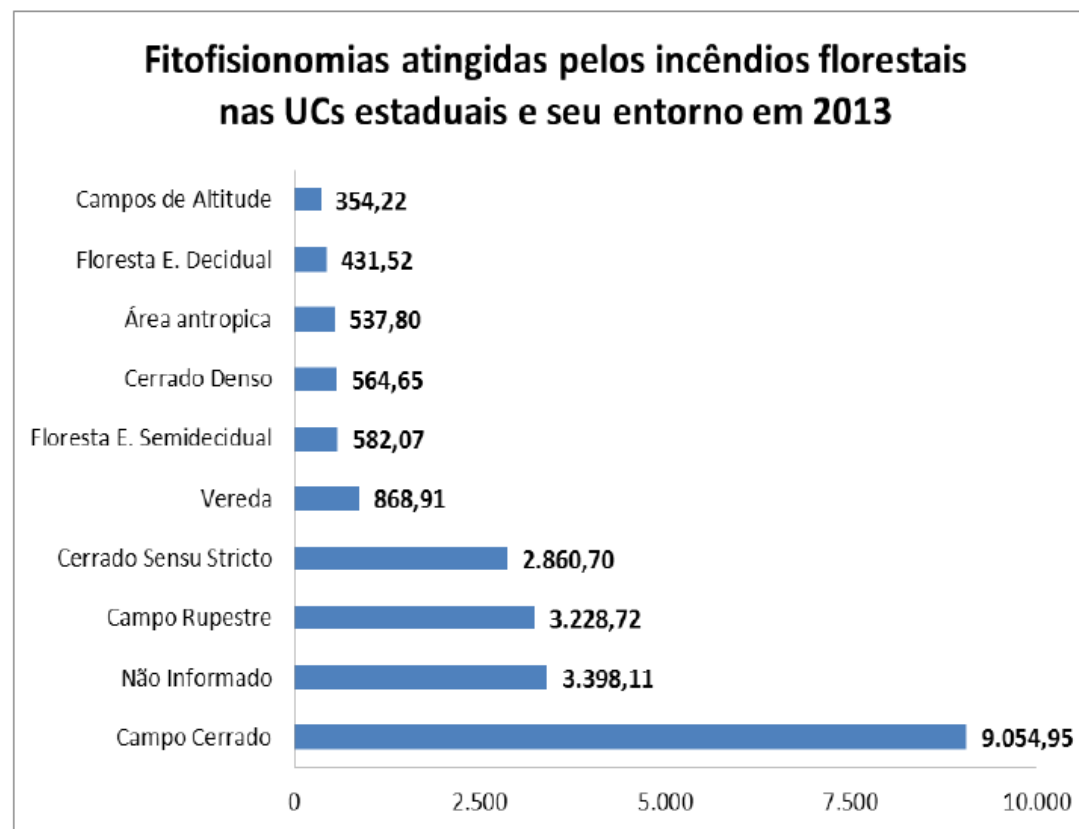
- **Cerrado:** ocupa a maior extensão territorial de Minas Gerais, cerca de 57% do Estado, ocorrendo, sobretudo, nas porções central, oeste e noroeste. O Cerrado é um bioma característico de clima com invernos secos e verões chuvosos e solos ácidos com alto teor de alumínio. Com a maior disponibilidade hídrica há o aumento da densidade das árvores e, em assim sendo, o cerrado apresenta algumas variações que vão desde espécies rasteiras até aquelas de porte arbóreo: campo sujo, campo limpo, cerrado “senso restrito” e cerradão. Até a década de 1960 os solos do cerrado eram considerados impróprios para a agricultura; porém a partir do uso de técnicas de correção do solo, essas áreas se tornaram o maior produtor de grãos brasileiro. Assim como em todo Brasil, a cobertura original do Cerrado tem sofrido grande degradação em Minas Gerais, principalmente, em função da expansão das atividades agropecuárias e da produção de carvão vegetal.
- **Mata Atlântica:** A Mata Atlântica apresenta vegetação densa e verde devido aos altos índices pluviométricos, com presença de árvores que chegam a alcançar 30m de altura. Ocupava a segunda maior área de ocorrência de Minas Gerais, cerca de um terço do território mineiro, ocorrendo, principalmente, na porção leste, desde a região de Pedra Azul a nordeste, chegando até as proximidades de Belo Horizonte pelo lado sudeste. Era encontrada também nas regiões Sul e Sudoeste, acompanhando a bacia do rio Grande, até alcançar a fronteira com o estado de São Paulo. Infelizmente, a Mata Atlântica foi fortemente devastada, restando, atualmente, pouquíssimos fragmentos, como o Parque Estadual do Rio Doce (município de Marliéria).
- **Caatinga:** A caatinga está localizada no Norte e Nordeste de Minas Gerais e ocupa cerca de 3% do estado. A vegetação é típica de clima semi-árido com características bem marcantes, como a presença de árvores baixas e arbustos, que perdem as folhas durante o período de seca. Além disso, as cactáceas são abundantes e os solos são rasos, porém, muito férteis. A caatinga tem sofrido grande degradação, principalmente, por causa das queimadas e retirada da vegetação para a prática da agricultura e pecuária.

- **Campos Limpos ou de Altitude:** caracterizam-se por uma vegetação de menor porte, com predomínio de herbáceas; as árvores são raras e isoladas. Em Minas Gerais são encontrados nas áreas de maior altitude, no Sul de Minas (Poços de Caldas e municípios vizinhos), nas serras da Mantiqueira, Espinhaço e Canastra.
- **Mata seca:** Presente no norte de Minas Gerais, a Mata Seca ocorre sobre formações calcárias da Formação Bambuí, especialmente, na depressão Sanfranciscana. Além disso, é encontrada também em solos planos e férteis, associada à Caatinga. As formações vegetais desse bioma caracterizam-se pela presença de plantas espinhosas e poucas folhas na estação seca; contudo no período de chuvas a mata volta a florescer. Esse bioma tem sido muito ameaçado, sobretudo pela prática da agropecuária e pela atividade madeireira.

É importante salientar que as formações vegetais presentes em Minas Gerais já foram bastante alteradas. Essa alteração vem ocorrendo desde o século XVIII, quando inúmeras áreas foram devastadas em função da mineração do ouro. Atualmente, dentre as atividades que mais contribuem para a degradação da vegetação estão a agropecuária, a mineração de ferro, a silvicultura (eucalipto) e a urbanização. Diante desses problemas, diversas áreas foram criadas e legalizadas com a finalidade de preservação, tendo em vista a proteção do meio ambiente e dos ecossistemas. A criação e implantação de áreas protegidas em Minas Gerais ficam a cargo do Instituto Estadual de Florestas (IEF), que definem categorias de unidades de conservação e áreas protegidas para o Estado.

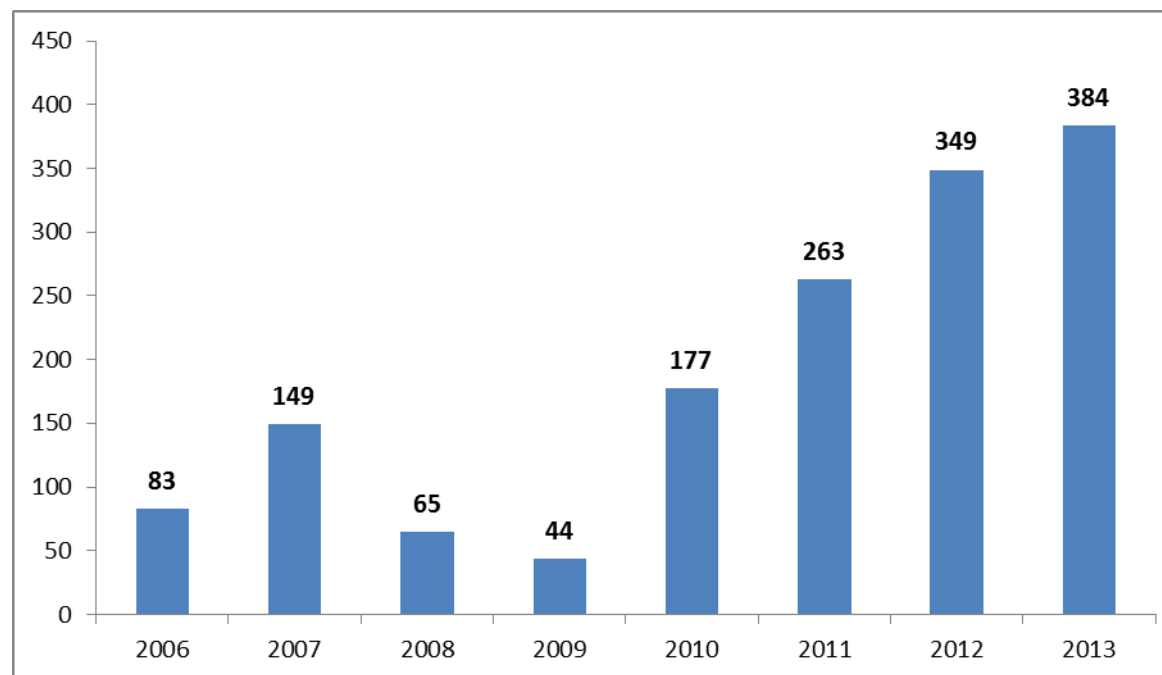
3 OS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gráfico 1 – Fitofisionomias atingidas pelos incêndios florestais nas UCs estaduais e seu entorno em 2013.



Fonte: Semad.

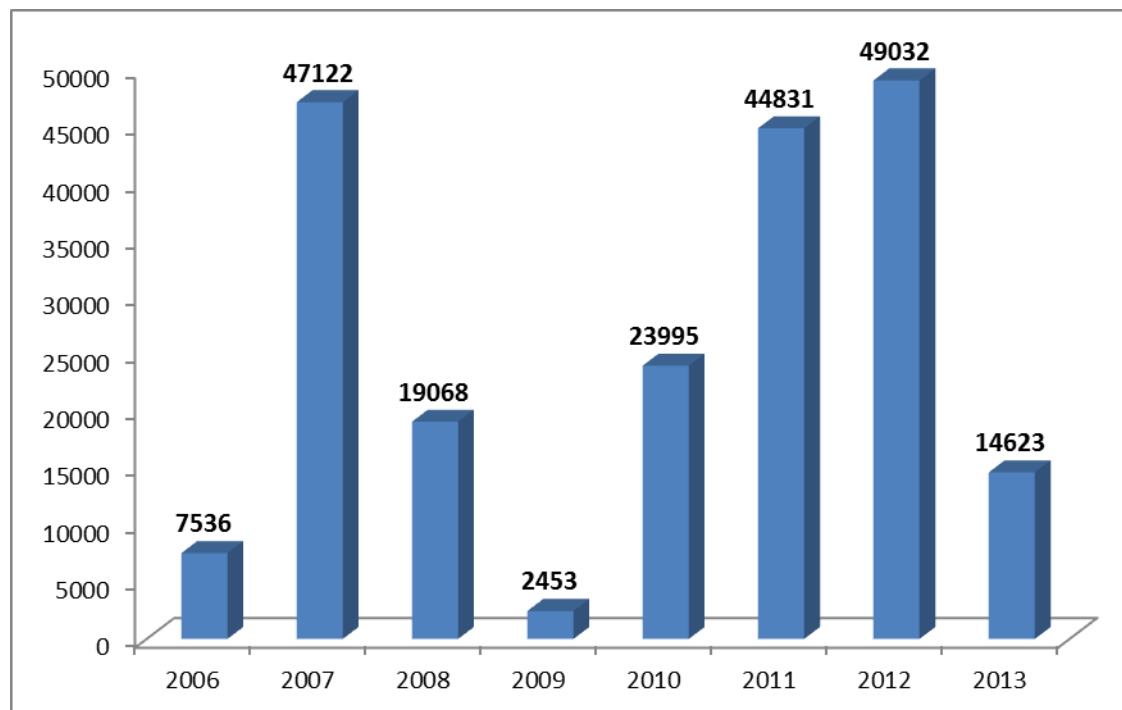
Gráfico 2 – Total de ocorrências de incêndios florestais nas Unidades de Conservação Estaduais.



Fonte: Semad.

Observa-se que, nos anos de 2012 e 2013, ocorreram os maiores índices de incêndios florestais nas unidades de conservação em Minas Gerais, com destaque para 2013. O aumento tem ocorrido progressivamente a partir de 2010.

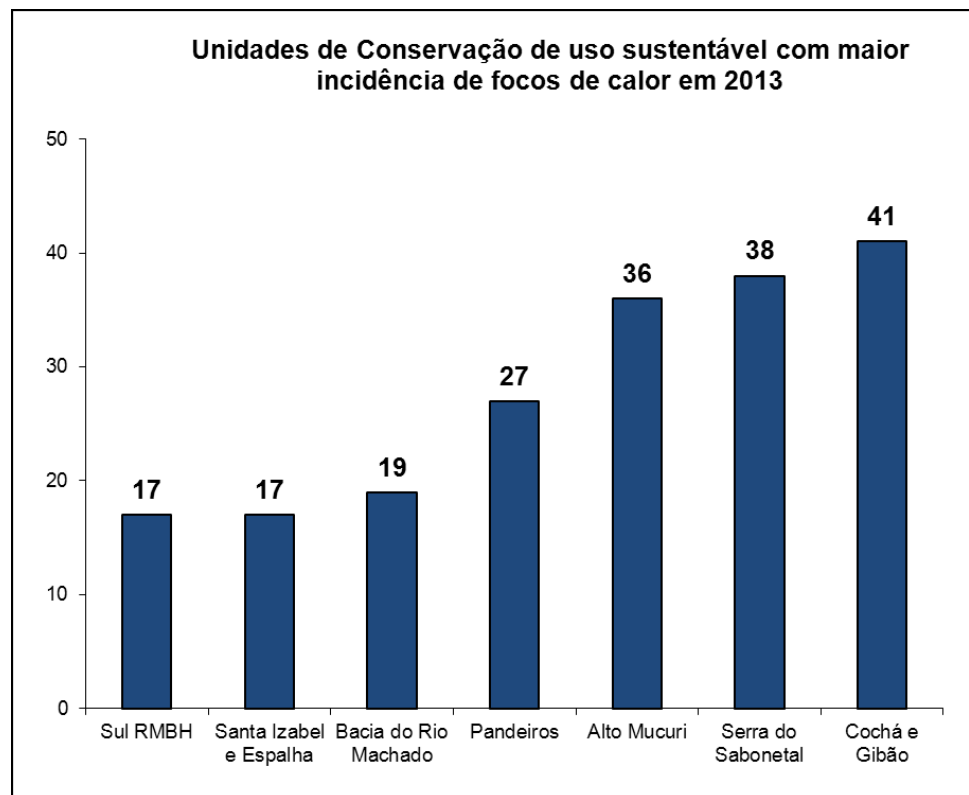
Gráfico 3 – Área queimada nas unidades de conservação de Minas Gerais entre os anos de 2006 e 2013.



Fonte: Semad.

Analisando o gráfico, percebe-se que em 2012 ocorreu o período mais crítico no tocante à área queimada nas unidades de conservação no estado de Minas Gerais. No ano de 2013, apesar do número de incêndios ser maior, houve um decréscimo acentuado em relação ao total de áreas queimadas, podendo inferir uma atuação mais rápida das equipes de resposta (Gráfico 2).

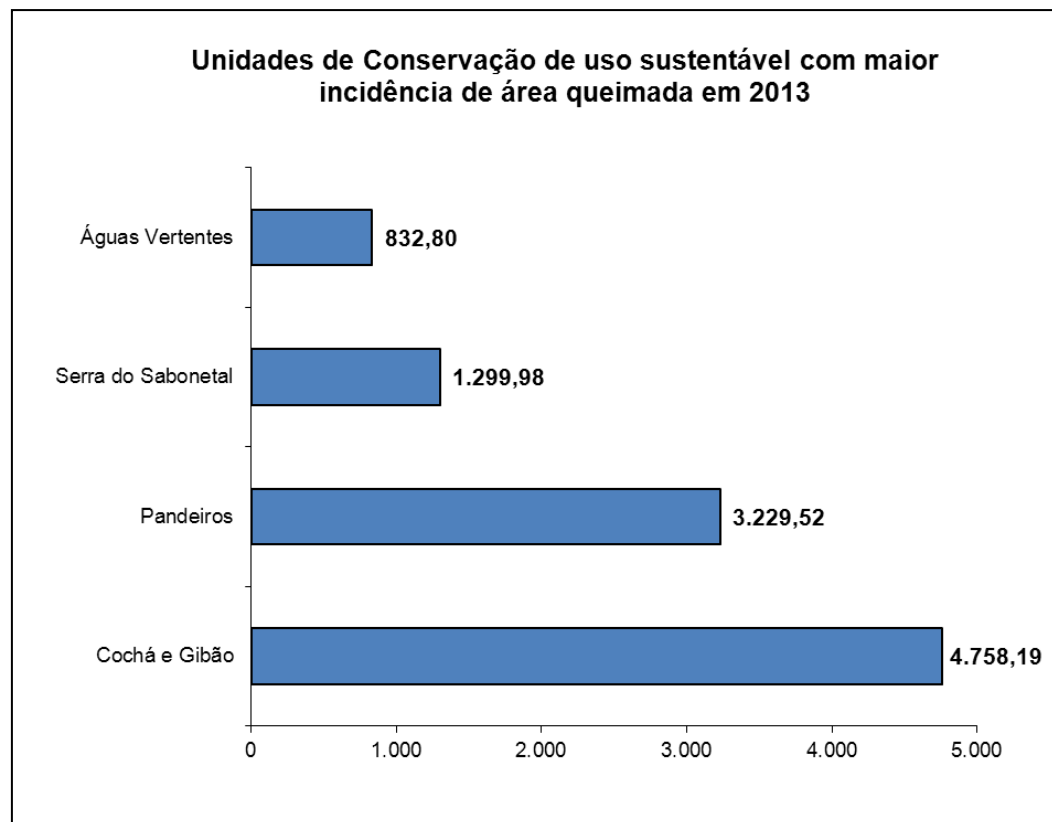
Gráfico 4 – Unidades de Conservação com maior número de focos de calor em seu interior em 2013:



Fonte: Semad.

Verifica-se através do gráfico 4 que os Parques Cochá e Gibão, Serra do Sabonetal e Alto Murici apresentaram o maior número de focos de calor dentro das unidades.

Gráfico 5 - UCs com maior incidência de área queimada em 2013:



Fonte: Semad.

O Parque Cochá e Gibão foi o que apresentou a maior área queimada (4.758,19 ha), bem como foi o que apresentou o maior número de focos de calor, conforme dados do gráfico anterior.

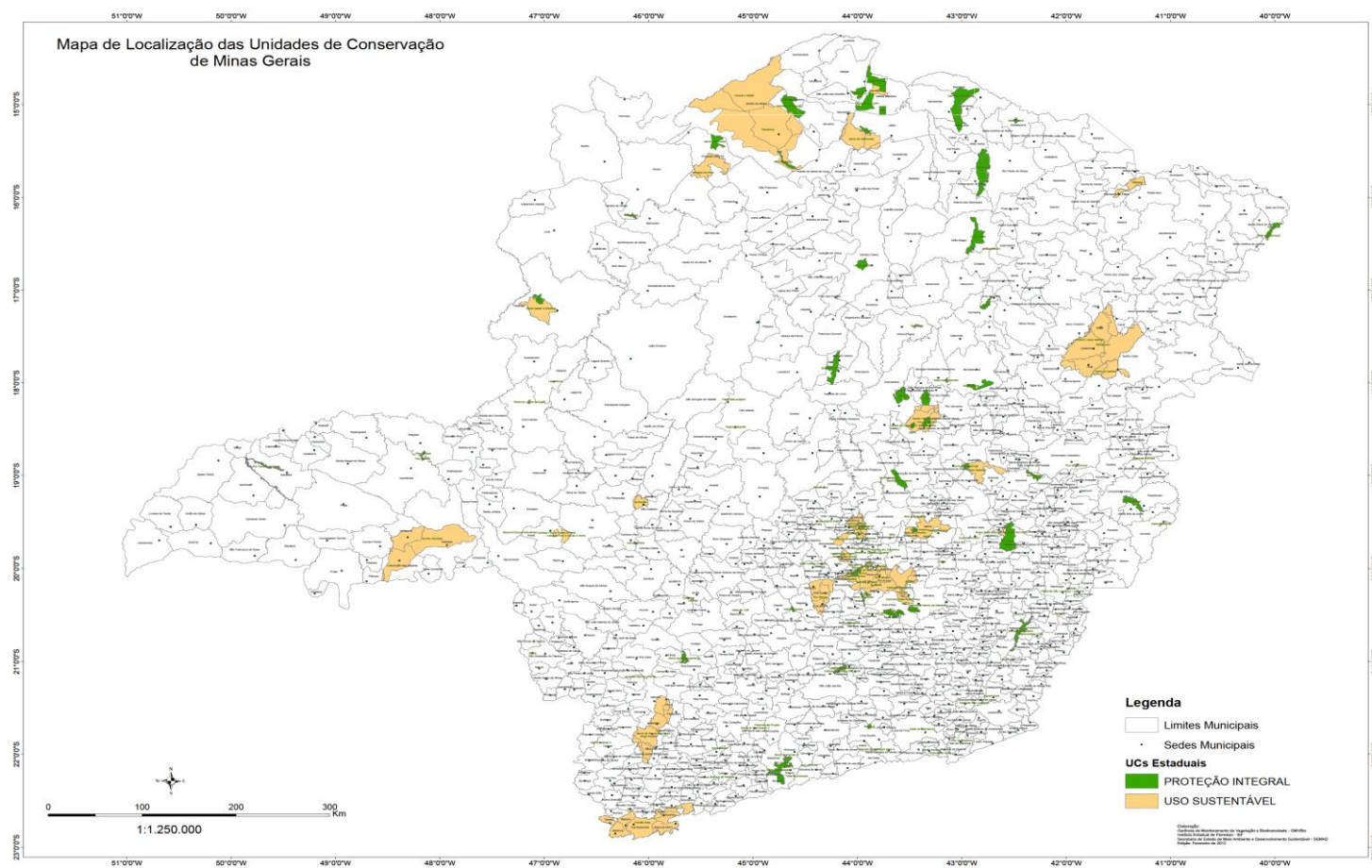


Figura 2 – Mapa de Localização das Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais

4 AMBIENTE OPERACIONAL DA PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1 Força Tarefa Previncêndio

4.1.1 Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD

- É responsável pelo planejamento, controle, coordenação e orientação de todas as atividades desenvolvidas pela Força Tarefa Previncêndio, podendo estabelecer, mediante parcerias e convênios, os termos de cooperação técnica ou contratos que se fizerem necessários;
- Manter as unidades operacionais da FTP, disponibilizando infraestrutura e pessoal necessário para seu pleno funcionamento; realizar monitoramento e acompanhamento dos focos de calor e incêndios florestais e acionar quando necessário os demais envolvidos; capacitar brigadas voluntárias, contratadas e demais envolvidos na FTP;
- Realizar campanhas de sensibilização e informação ao público quanto aos riscos e efeitos dos incêndios florestais;
- Disponibilizar uma aeronave de asas rotativas com capacidade para um tripulante e mais cinco passageiros para emprego de forma exclusiva durante todo o período crítico de ocorrência de incêndios florestais.

4.1.2 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec/ MG

- Acompanhar as atividades desenvolvidas pela FTP, dando o apoio necessário nas emergências de incêndios florestais de grandes proporções e que possam colocar em risco a população;
- Sugerir e viabilizar a decretação de situação de anormalidade nos casos de ocorrência de incêndios florestais que justifique tal medida;

- Adotar as medidas necessárias na sua esfera de competência no caso de decretação de situação de anormalidade no Estado;
- Assessorar tecnicamente os municípios afetados.

4.1.3 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG

- Apoiar no monitoramento e acompanhamento dos focos de calor registrados pela ase Operacional (BO) Curvelo e das Sub Bases de Januária e de Viçosa;
- Compete ao CBMMG disponibilizar equipes com experiência em combate a incêndios florestais, comandadas por um oficial capacitado em curso de combate a incêndio florestal, para emprego de forma exclusiva nas unidades operacionais da Força Tarefa Previncêndio: base de Curvelo e sub-bases de Viçosa e Januária, ou em qualquer lugar do Estado de Minas Gerais, durante todo o período crítico de incêndio;
- Apoio à SEMAD e ao IEF no desenvolvimento das ações da FTP.

4.1.4 Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG CORPAER

- Apoio à SEMAD e ao IEF no desenvolvimento das ações da FTP;
- Apoiar com aeronave de asas rotativas com capacidade para um tripulante e mais cinco passageiros para emprego quando necessário;
- Ceder pessoal para operar e dar suprimento às aeronaves disponibilizadas, para atendimento à FTP.

4.1.5 Polícia Militar de Meio Ambiente – PMAmb

- Apoiar no monitoramento e acompanhamento dos focos de calor registrados pela BO Curvelo;
- Apoiar à SEMAD e ao IEF no desenvolvimento das ações da FTP, no que diz respeito à lavratura de Boletim de Ocorrência – BO em todos os sinistros de incêndios florestais acionados pela FTP e Auto de Infração – AI em caso de flagrante;
- Disponibilizar um militar para estar permanentemente na Base Operacional de Curvelo, durante o período crítico para apoiar no acompanhamento dos focos de calor registrados, bem como agilizar contatos com as frações da PMAmb.

4.1.6 Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG

- Apoio à Semad e ao IEF no desenvolvimento das ações da FTP; realização de perícia e emissão de laudo pericial;
- Apoiar com aeronave de asas rotativas com capacidade para um tripulante e mais cinco passageiros e duas aeronaves de asa fixa para emprego quando necessário;
- Ceder pessoal para operar e dar suprimento às aeronaves disponibilizadas, para atendimento à FTP.

4.2 Principais Unidades de Conservação em Minas Gerais

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais.

Em Minas, podem ser encontradas as seguintes categorias de unidades de conservação de proteção integral:

4.2.1 Estações Ecológicas Estaduais

EEE - ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL – MG									
Nº	Nome UC	Lei / Decreto de Criação	Data de Criação	Área da UC (ha)	Área do Mun. (ha)	Área da UC dentro do Mun. (ha)	% da UC em relação ao Mun.	% da UC dentro do Mun.	Obs.:
1	Mar de Espanha	16.580 36.069	23/09/74 27/09/94	187,45	37.310	Mar de Espanha 187,45	50,24	100	De acordo com o Decreto 36.069 foi reclassificada de Reserva Biológica para Estação Ecológica
2	Mata dos Ausentes	16.580 36.584	23/09/74 28/12/94	489,66	95.170	Senador Modestino Gonçalves 489,66	51,45	100	De acordo com o Decreto 36.584 foi reclassificada de Reserva Biológica para Estação Ecológica
3	Acauã	16.580 36.584	23/09/74 28/12/94	5.195,77	177.130 211.680	Turmalina 2.078 Leme Prado 3.118	1,17 1,47	39,99 60,01	De acordo com o Decreto 36.584 foi reclassificada de Reserva Biológica para Estação Ecológica
4	Água Limpa	36.072	27/09/94	70,6669	48.360	Cataguases 70,66	14,61	100	
5	Fechos	36.073	27/09/94	602,95	42.970	Nova Lima 602,95	1,40	100	
6	Corumbá	16.580 37.826	23/09/74 14/03/96	304,36	51.440	Arcos 304,36	59,16	100	De acordo com o Decreto 37.826 foi reclassificada de Reserva Biológica para Estação Ecológica
7	Tripui	19.157	24/04/78	392	124.860	Ouro Preto 337	0,27	100	De acordo com o Decreto 38.181 em 29/07/96 passou a ser administrada pelo IEF
8	Mata do Cedro	41.514 44.177	28/12/00	1.563,2587	40.090	Carmópolis de Minas 1.087,11	2,71	100	Decreto
9	Sagarana	s/nº	21/10/03	2.340,12	527.347	Arinos 527.347	0,44	100	Decreto
10	Cercadinho	15.979	13/01/06	224,89		Belo Horizonte			LEI
11	Arêdes	45.397	14/06/10	1.157,8556	1.157,8556	Itabirito			Decreto

4.2.2 Reservas Biológicas

RESERVAS BIOLÓGICAS – MG									
Nº	Nome UC	Lei / Decreto de Criação	Data de Criação	Área da UC (ha)	Área do Mun. (ha)	Área da UC dentro do Mun. (ha)	% da UC em relação ao Mun.	% da UC dentro do Mun.	Obs.:
1	Jaíba	6.126 11.731	04/07/73 30/12/94	6.358	192.300	Matias Cardoso 6.358	3,30	100	De acordo com a Lei 11.731, foi reclassificada de Parque para Rebio
2	Serra Azul	39.950 18.307	08/10/98 30/07/09	3.840,94	279.393	Jaíba 7.285	2,61	100	Decreto Lei
3	(*) Carmo da Mata	16.580	23/09/74	86	35,760	Carmo da Mata - 86	0,24	100	
4	(*) Colônia 31 de Março	16.580	23/09/74	5.030	155.820	Felixlândia	3,22	100	
5	(*) Fazenda da Cascata	16.580	23/09/74	64	319.890	Patos de Minas	0,02	100	
6	(*) Fazenda Lapinha	16.580	23/09/74	368,70	94.490	Leopoldina	0,39	100	
7	(*) Fazenda São Mateus	16.580	23/09/74	377	56.110	Ponte Nova	0,67	100	
8	(*) Santa Rita	16.580	23/09/74	604	12.610	Prudente de Moraes	4,78	100	
9	(*) São Sebastião do Paraíso	16.580	23/09/74	248,71	82.450	São Sebastião do Paraíso – 248,71	0,30	100	

4.2.3 Monumento Natural

Entende-se por monumento natural uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.

MONUMENTO NATURAL ESTADUAL – MG									
Nº	Nome UC	Lei / Decreto de Criação	Data de Criação	Área da UC (ha)	Área do Mun. (ha)	Área da UC dentro do Mun. (ha)	% da UC em relação ao Mun.	% da UC dentro do Mun.	Obs.:
1	Peter Lund	44.120	29/09/2005	72,7389		Cordisburgo			
2	Gruta Rei do Mato	18348	25/08/2009	141,3679		Sete Lagoas			Lei
3	De Itatiaia	45.179	21/09/2009	3.216,0174		Ouro Branco Ouro Preto			
4	Santo Antônio	45.399	14/06/2010	31,1262	31,1262	Matozinhos			Decreto
5	Experiência da Jaguará	45.391	08/06/2010	38,4815	38,4815	Matozinhos			Decreto
6	Vargem da Pedra	45.392	08/06/2010	10,0979	10,0979	Matozinhos			Decreto
7	Lapa Vermelha	45.400	14/06/2010	33,7118	33,7118	Pedro Leopoldo			Decreto
8	Serra do Gambá	45.471	21/10/2010	442,2214	442,2214	Jeceaba			Decreto
9	Serra da Moeda	45.472	21/10/2010	2.372,5572	1.943,9 428,71	Moeda Itabirito			Decreto
10	Várzea da Lapa	45.508	25/11/2010	23,5324	23,5324	Lagoa Santa			Decreto

4.2.4 Refúgio de Vida Silvestre

Para que se enquadre, deve possuir ecossistemas sem alteração ou em recuperação, ter tipologia vegetal em estado original ou em desenvolvimento e possibilidade de ocorrência de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção.

REFÚGIO ESTADUAL DE VIDA SILVESTRE - MG

Nº	Nome UC	Lei / Decreto de Criação	Data De Criação	Área da UC (ha)	Área do Mun. (ha)	Área da UC dentro do Mun. (ha)	% da UC em relação ao Mun.	% da UC dentro do Mun.	Obs.:
1	Libélulas da Serra de São José	43.908	05/11/04	3.717	1.366,46 69,62 124,34 793,69 1.362,98	Tiradentes Santa Cruz de Minas São João Del Rei Coronel Xavier Chaves Prados			Decreto
2	Rio Pandeiros	43.910	05/11/04	6.102,7526	6.102,7526	Januária	0,91	100	Decreto
3	Mata dos Muriquis	44.727	05/11/04	2.722,6050	2.722,6050	Santa Maria do Salto		100	Decreto

4.2.5 Parques Estaduais em Minas Gerais.

De acordo com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), os Parques Estaduais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Pertence à categoria de unidades de conservação de proteção integral e é de posse e domínio públicos.

Parque Estadual é uma categoria de unidades de conservação, que se destaca pela grande beleza cênica e relevância ecológica. Os parques são criados com a finalidade de preservar a fauna e flora nativa, principalmente as espécies ameaçadas de extinção, os recursos hídricos (nascentes, rios, cachoeiras), as formações geológicas; conservar valores culturais, históricos e arqueológicos e promover estudos e pesquisas científicas, educação e ambiental e turismo ecológico.

4.2.5.1 Parque Estadual do Ibitipoca

O Parque Estadual do Ibitipoca está localizado na Zona da Mata, nos municípios de Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca. Ocupa o alto da Serra do Ibitipoca, uma extensão da Serra da Mantiqueira. Com uma área de 1.488 hectares, a unidade de conservação está no local onde se dividem as bacias do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul.

Diversas espécies da flora são encontradas na unidade de conservação como Orquídeas, Bromélias, Candeias, Líquens e Samambaias. Um traço marcante da vegetação no Ibitipoca são as "Barbas-de-velho", uma espécie de líquen verde-água, que pende dos galhos das árvores, provocando um belo efeito visual. Os campos rupestres constituem uma grande extensão de vegetação do Parque.

O clima é tropical de altitude, com verões amenos e chuvosos sendo novembro, dezembro e janeiro os mais chuvosos e inverno seco, com os meses de junho, julho e agosto os meses mais secos. O parque apresenta boa infraestrutura para os

visitantes e está sobre um afloramento de quartzito sobre o qual se desenvolve um solo (Cambissolo) pouco profundo constituído principalmente de matéria orgânica e areia (areno-quartzosos) formada pela erosão da rocha. Por isto, grande parte da vegetação é xerófita, isto é, constituída de gramíneas e herbáceas de baixo porte. Nas regiões onde o solo tem pouca profundidade, localizam-se arbustos, cactos e bromélias, caracterizando típicos campos rupestres. Os rios do parque apresentam cor de caramelo devido ao alto teor de matéria orgânica.

Coordenadas: 21°42'09" S 43°53'10" W.

4.2.5.2 Parque Estadual do Itacolomi

O Parque Estadual do Itacolomi está localizado nos municípios de Mariana e Ouro Preto, na região sudeste de Minas Gerais, a 100 quilômetros da Capital. Possui uma área de 7.543 hectares de matas onde predominam as quaresmeiras e candeias ao longo dos rios e córregos. Nas partes mais elevadas, aparecem os campos de altitude com afloramentos rochosos, onde se destacam as gramíneas e canelas de emas. Abriga muitas nascentes, escondidas nas matas, que deságuam, em sua maioria, no rio Gualaxo do Sul, afluente do rio Doce. Os mais importantes são os córregos do Manso, dos Prazeres, Domingos e do Benedito, o rio Acima e o ribeirão Belchior.

Diversas espécies de animais raros e ameaçados de extinção podem ser encontradas na unidade de conservação, como o lobo guará, a ave-pavó, a onça parda e o andorinhão de coleira (ave migratória). Também podem ser vistas espécies de macacos, micos, tatus, pacas, capivaras e gatos mouriscos. Levantamentos identificaram mais de 200 espécies de aves, como jacus, seriemas e beija-flores.

Coordenadas: 20°26'17" S 43°26'35" W.

4.2.5.3 Parque Estadual Nova Baden

Está localizado no município de Lambari, na região Sul do Estado, conhecida como Circuito das Águas, numa porção do relevo brasileiro conhecido como Planalto Atlântico, na Serra da Mantiqueira. Encontra-se inserido na sub-bacia do Ribeirão do Melo, na bacia hidrográfica do Rio Grande. Nova Baden possui uma área de 214,47 hectares, nos quais os recursos hídricos destacam-se.

A unidade de conservação abriga valiosos exemplares da fauna e a flora da Mata Atlântica. Entre as diversas espécies da flora estão o jequitibá, o cedro, a peroba, palmito, o jacarandá, o pinheiro brasileiro e o cedro. O clima úmido propicia a formação de um ecossistema rico em musgos, liquens, bromélias e orquídeas.

O Parque é uma importante reserva de diversas espécies de anfíbios, mamíferos e aves. Dentre as espécies, destacam-se os primatas barbados, sauá, mico e macaco-prego, além da jaguatirica, quatis, tatu e tamanduá-mirim.

O Parque Estadual Nova Baden possui uma excelente infraestrutura para atendimento ao visitante com destaque para o Centro de Visitantes que possui auditório para 90 pessoas, salas para reuniões e posto para a Polícia de Meio Ambiente.

Coordenadas: 21°56'06" S 45°18'54" W.

4.2.5.4 Parque Estadual do Rio Doce

O Parque Estadual do Rio Doce está situado na porção sudoeste do Estado, a 248 km de Belo Horizonte, na região do Vale do Aço, inserido nos municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo. A unidade de conservação abriga a maior floresta tropical de Minas, em seus 36.970 hectares e é a primeira unidade de conservação estadual criada em Minas Gerais. O Parque oferece uma

completa infra-estrutura para atendimento a turistas e pesquisadores. Portaria, estacionamento, área de camping, vestiários, restaurante, anfiteatro, Centro de Visitantes, Centro de Pesquisas, Viveiro, posto de Polícia de Meio Ambiente.

Coordenadas: 19°39'16" S 42°35'10" W.

4.2.5.5 Parque Estadual do Rio Preto

O Parque Estadual do Rio Preto está localizado no município de São Gonçalo do Rio Preto, distante 70 Km de Diamantina. Foi o primeiro a receber o marco de referência da Estrada Real, que vai de Parati (RJ) até Diamantina. O Parque possui uma das mais completas infra-estruturas em unidades de conservação de Minas Gerais que inclui portaria, estacionamento e restaurante. O Centro de Visitantes possui um auditório para 70 pessoas, duas salas de reunião para 30 pessoas cada e uma sala para exposições.

A portaria está a 15 Km da cidade de São Gonçalo do Rio Preto, próxima ao povoado de Alecrim.

Coordenadas: 18°11'43" S 43°21'11" W.

4.2.5.6 Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

O Parque ocupa o extremo norte da Serra da Mantiqueira ocupando terrenos nos municípios de Araponga, Fervedouro, Miradouro, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé e Divino. A Serra do Brigadeiro possui inúmeras nascentes, que contribuem de maneira significativa para a formação de duas importantes bacias hidrográficas do Estado: a do rio Doce e a do Paraíba do Sul. A infra-estrutura do Parque é composta por centros de pesquisa, posto da polícia ambiental, laboratórios, alojamentos para pesquisadores, Centro de Visitantes e de Administração, residências, além das residências de funcionários. A sede da 'Fazenda

Neblina', antiga construção colonial, sede da Fazenda onde hoje se localiza o Parque, foi reformada e transformada em casa de hóspede.

Possui inúmeros picos muito cobertos por neblinas em boa parte do ano e está sob o domínio da Mata Atlântica. Abriga espécies ameaçadas de extinção.

O acesso mais utilizado é pela cidade de Araponga.

Coordenadas: 20°43'16" S 42°28'48" W.

4.2.5.7 Parque Estadual da Serra do Rola-Moça

O Parque Estadual da Serra do Rola-Moça é uma das mais importantes áreas verdes do Estado. Situado na região metropolitana de Belo Horizonte, é o terceiro maior parque em área urbana do país e abriga alguns dos mananciais que abastecem a capital.

A unidade de conservação está localizada nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho. Na entrada de Nova Lima, o Parque possui um Centro de Visitantes com auditório, para 90 pessoas, salas para reuniões e para Polícia de Meio Ambiente. Na entrada pelo Barreiro, em Belo Horizonte, há outro Centro de Visitantes com auditório para 60 pessoas, salas da administração, além de residências para funcionários e casa do Grupamento de Polícia de Meio Ambiente.

O Parque está situado numa zona de transição de Cerrado para Mata Atlântica, rico em campos ferruginosos e de altitude. A vegetação diversificada proporciona ao Parque um colorido especial e um relevo peculiar, sendo encontradas espécies como orquídeas, bromélias, candeias, jacarandá, cedro, jequitibá, arnica e a canela-de-ema, que se tornou o símbolo do Parque.

Recentemente descrito pela geologia, o Campo Ferruginoso é muito raro, sendo encontrado apenas em Minas Gerais, no quadrilátero ferrífero, e em Carajás, no Estado do Pará.

O Parque abriga seis importantes mananciais de água - Taboões, Rola-Moça, Bálsamo, Barreiro, Mutuca e Catarina - declarados pelo Governo Estadual como Áreas de Proteção Especial. Eles garantem a qualidade dos recursos hídricos que abastecem parte da população da região metropolitana de Belo Horizonte. Para assegurar a proteção destes mananciais, esta área não está aberta à visitação pública.

Coordenadas: 20°01'53" S 44°00'41" W.

4.2.5.8 Parque Estadual do Sumidouro

O Parque Estadual do Sumidouro está localizado na região de Lagoa Santa, distante 50 Km de Belo Horizonte.

Com uma área total de mil e trezentos hectares, o Parque Estadual do Sumidouro está inserido na região do carste Lagoa Santa. Possui relevo formado por rochas carbonáticas e com propensões a processos de dissolução em contato com a água. Essas rochas formaram, ao longo de milhões de anos, as cavernas com seus espeleotemas, as surgências e sumidouros, funcionando como uma esponja que é capaz de absorver e drenar a água para córregos e para a lagoa denominada de Lagoa do Sumidouro, além de possuir cerca de 170 sítios arqueológicos históricos e pré-históricos.

Coordenadas: 19°33'41" S 43°57'33" W.

4.2.5.9 Parque Estadual da Baleia

A área do Parque Estadual Baleia é aproximadamente de 102 hectares. Apresenta grande diversidade de ambientes naturais, determinada principalmente por sua topografia acidentada, bem como por suas características litológicas e pedológicas. Estão presentes na área campos de altitude, cerrado e uma pequena mata de galeria. A área abriga seis nascentes que são utilizadas pela população do Aglomerado pertencentes a Belo Horizonte.

Coordenadas: 19°56'12" S 43°53'31" W.

4.2.5.10 Parque Estadual do Biribiri

O Parque Estadual do Biribiri está inserido no complexo da Serra do Espinhaço. A Vila Biribiri, inserida na área do parque, tem importante registro da história da indústria têxtil mineira. Foi nessa área que funcionou a fábrica de tecidos, criada pelo Bispo Dom João Antônio dos Santos, em 1876, uma das primeiras comunidades fabris do estado. A cobertura vegetal nativa é composta por Cerrado, Campos Rupestres e Matas de Galeria. Podem ser encontradas diversas espécies da fauna, muitas delas ameaçadas de extinção, como o lobo-guará e a onça-parda ou suçuarana. O acesso é feito por Diamantina.

Coordenadas: 18°12'58" S 43°36'28" W.

4.2.5.11 Parque Estadual Caminho dos Gerais

O Parque está inserido nos municípios mineiros de Mamonas, Monte Azul, Gameleiras e Espinosa, entre as coordenadas de e possui uma área de 56.237,37 hectares. Possui espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção e riqueza de espécies. De

acordo com as pesquisas levantadas e resultados apresentados no Atlas de Biodiversidade em Minas Gerais, foram apontadas áreas prioritárias para conservação no Estado. A escolha dessas áreas prioritárias baseou-se principalmente na presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção e na riqueza de espécies em cada região.

Na Serra Geral, onde se localiza a área da unidade de conservação e suas adjacências foram destacadas áreas de especial à extrema importância biológica nos seguintes grupos: mamíferos, avifauna, anfíbios, répteis, invertebrados e flora. A área também foi apontada como área prioritária para a investigação científica, diante da inexistência de levantamentos biológicos.

O local também possui destacada beleza cênica e potencial turístico. A visão da Serra Geral que se "levanta" subitamente no horizonte de vastas planícies, leva ao espanto de primeira vista até mesmo os mineiros, habituados à sua paisagem de montanhas, e o viajante e turista, com certeza, à contemplação de uma das mais belas visões do território mineiro. Somando-se a isto, a presença de cumes, gargantas, corredeiras e cachoeiras, na área do futuro parque, reforçam o seu potencial turístico.

O parque possui apoio da população local, qualitativos ambientais, beleza cênica e potencial turístico.

Coordenadas: entre 14°48' S 43°06' W e 15°18' S 42°50' W.

4.2.5.12 Parque Estadual dos Campos Altos

Criado pelo decreto 43.909, de 5 de novembro de 2004, possui uma área de 782,67 hectares. Na cobertura vegetal do Parque Estadual dos Campos Altos encontra-se presença de florestas, campos e cerrados. Espécies vegetais arbóreas como Peroba Rosa, Jequitibá Rosa, Jacarandá e Vinhático da Mata também podem ser encontradas. Sua fauna é composta por espécimes como porcos do mato, veado mateiro, paca, jaguatirica, anta, dentre outros. Em sua avifauna encontra-se o Uru ou Capoeira e o Mutum. Abrange o município de Campos Altos.

Coordenadas: 19°43'35" S 46°07'33" W.

4.2.5.13 Parque Estadual de Grão Mogol

O Parque Estadual de Grão Mogol possui uma área de 28.404,487 hectares. Está inserido, em sua maior extensão, na Serra Geral que, na região, é conhecida por Serra da Bocaina, abrangendo o município de Grão Mogol. É constituído pelo vale do Rio do Bosque e outros rios menores. O relevo é predominantemente montanhoso, cortado por grandes chapadas como a Chapada do Bosque, que chega a atingir cinco mil metros, a Chapada do Bosquinho e Chapada do Cardoso.

A vegetação da região é rasteira e de pequeno porte, típicas de campos de altitude. Nas chapadas predominam os cerrados com suas variações, destacando cerrado baixo, representado por árvores como pequizeiro, a lixeira e o pau terra, entre outras e a caatinga arbustiva com a presença de espécies como bromélias e cactáceas.

O Parque Estadual de Grão Mogol está situado na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha. Os rios, que cortam toda a área do parque, são perenes, mesmo estando em uma região extremamente seca. Daí a importância da preservação dessa área, para garantir a vitalidade de seus cursos hídricos e suas inúmeras nascentes, que alimentam outras grandes bacias hidrográficas.

Acesso através do município de Grão Mogol.

Coordenadas: 16°33'28" S 42°56'02" W.

4.2.5.14 Parque Estadual da Lapa Grande

Localizado no município de Montes Claros, a criação do Parque Estadual da Lapa Grande teve como objetivos proteger e conservar o complexo de grutas e abrigos da Lapa Grande. A região abriga os principais mananciais de fornecimento de água para a comunidade de Montes Claros e dos municípios vizinhos.

O parque está inserido na região de ocorrência de cerrado, ecossistema predominante em Minas Gerais. Localiza-se na antiga Fazenda Lapa Grande, que abriga extenso patrimônio natural e arqueológico, formado por cerca de 35 grutas, com destaque para a Lapa Grande (que dá nome ao parque). Possui uma área de 7.000 hectares e a administração é feita em conjunto com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

Coordenadas: 16°43'38" S 43°57'23" W

4.2.5.15 Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro

Abrangendo o município de Matias Cardoso, o parque possui uma área de 25.500 hectares. O Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro foi criado com o objetivo de proteger a significativa área de cobertura vegetal e o conjunto formado pelo espelho d'água das lagoas marginais do rio São Francisco. A ilha do Cajueiro e o próprio rio São Francisco são os elementos referenciais na região do Parque.

A flora tem espécies de formação florestal perenifólia, da caatinga arbórea (mata xerófila caducifólia), carrasco, campos de dreno, pastos artificiais em estágio de recomposição natural e macrófitos.

Na área do parque está situado o afloramento do Grupo Bambuí, subgrupo Paraopeba, formações Lagoa do Jacaré e Serra da Saudade.

A fauna da região é um reflexo da grande diversidade local e a maioria dos animais que compõe a fauna regional são de pequeno porte. Os que alcançam maior tamanho é a anta, a onça pintada, a sucuri, o jacaré-do-papo-amarelo, o tamanduá e o lobo-guará. O Parque também conta com abundante avifauna e numerosas espécies de répteis, anfíbios e peixes.

Coordenadas: 15°02'27" S 43°59'55" W.

4.2.5.16 Parque Estadual da Mata Seca

O Parque Estadual da Mata Seca localiza-se predominantemente nos municípios de Manga e Itacarambi e possui uma área de 10.281,44 hectares. A cobertura vegetal da área, no norte de Minas Gerais, é naturalmente complexa, composta por formações vegetais distintas, predominantemente caducifólias, insere-se na ampla faixa transicional entre os domínios do cerrado e da caatinga. Além das formações decíduas, destacam-se florestas perenifólias que recobrem, ainda, porções significativas das várzeas dos rios Verde Grande e, principalmente, do rio São Francisco.

Coordenadas: 14°51'37" S 43°57'53" W.

4.2.5.17 Parque Estadual de Montezuma

Localizado no município de Montezuma, norte do Estado, apresenta clima semiárido e tem prolongados períodos de seca. Possui 1.743,2 hectares área sendo constituída de um platô, relativamente plano, com altitude de cerca de mil metros, entrecortado por vales que formam escarpas, terraços e várzeas.

O Parque está inserido na bacia do Rio Pardo, o maior curso d'água do extremo Norte de Estado, na divisa com a Bahia. Abriga o Ribeirão da Tábua é o principal curso d'água e dos maiores formadores do Rio Pardo e manancial de fornecimento d'água para o município de Montezuma.

A vegetação da área de planalto é de cerrado e campos de altitude. Nos vales, encontram-se áreas de transição entre o cerrado e a caatinga.

Entre os atrativos naturais, destaca-se a existência de inúmeras fontes termais (a maior insurgência conhecida no território mineiro). Aliadas à grande beleza cênica dos vales, e paredões rochosos dão à área um enorme potencial turístico. A existência de sítios arqueológicos, com os maiores painéis conhecidos no Estado, amplia a importância de se preservar a área.

Coordenadas: 15°10'59" S 42°29'25" W.

4.2.5.18 Parque Estadual do Pau Furado

O Parque Estadual de Pau Furado, localizado nos municípios de Uberlândia e Araguari, possui uma área 2,2 mil hectares e abriga importantes remanescentes do bioma cerrado. É a primeira unidade de conservação da categoria localizada no Triângulo Mineiro, uma das regiões do Estado mais atingidas pelo desmatamento ao longo dos anos e onde o IEF tem priorizado a conservação. Os recursos para implantação do Parque são provenientes de medidas de compensação ambiental decorrentes do licenciamento das duas usinas hidrelétricas do consórcio Capim Branco Energia (CCBE).

Coordenadas: 18°48'19" S 48°10'02" W.

4.2.5.19 Parque Estadual do Pico do Itambé

Com uma área de 4.696 hectares, o Parque Estadual do Pico do Itambé está localizado nos municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas e possui riquezas naturais como cachoeiras, cursos d'água e vegetação únicas. Abrange em seus domínios, várias nascentes e cabeceiras de rios das bacias do Jequitinhonha e Doce. No Parque situa-se o Pico do Itambé, com seus 2.002 metros, um dos marcos referenciais do Estado.

Campos rupestres de altitude e cerrado compõem a cobertura vegetal nativa do Parque. Nos fundos de vales ocorrem manchas de solos de aluvião, de maior fertilidade, sobre os quais se desenvolve exuberante mata pluvial altimontana, onde podem

ser encontradas espécies como o Pau-d'óleo, a Sucupira, o Ipê, o Cedro, o Jatobá, o Ingá e a Candeia, entre outras. Nos campos de altitude ocorrem espécies raras e endêmicas de Orquídeas.

Uma fauna bastante rica relaciona-se com a diversidade florística e com os recursos hídricos. Dentre os animais, constantes da lista oficial de animais ameaçados de extinção, destacam-se a Onça-parda e o Lobo-guará.

Coordenadas: 18°23'43" S 43°20'47" W.

4.2.5.20 Parque Estadual do Rio Corrente

O Parque Estadual do Rio Corrente localiza-se no município de Açucena sob o domínio do bioma da Mata Atlântica e conta com uma área de 5.065 hectares. As capoeiras e matas abrigam mais de 20 nascentes de diferentes ribeirões e córregos, afluentes de importantes e imprescindíveis cursos hídricos, como o ribeirão São Mateus, o ribeirão São Félix e o córrego Porto Santa Rita, todos desaguando no rio Corrente, que por sua vez, deságua no rio Doce. O relevo é composto por pequenas colinas e morros de altitudes médias variando entre 250 e 500 metros. Na região podem ser encontradas espécies arbóreas típicas da Mata Atlântica como ipê, a quaresmeira, o angico, a sapucaia e, até mesmo, espécies em princípio de revegetação como o vinhático, o cedro e o jacarandá. A fauna é composta por espécimes como o mutum do sudeste, seriema, paca, capivara, jacu, raposa e outras espécies que necessitam, prioritariamente, de ambientes florestais preservados para sua sobrevivência.

Coordenadas: 18°58' S 42°19' W.

4.2.5.21 Parque Estadual Serra Verde

Localizado em Belo Horizonte, o Parque Estadual Serra Verde possui uma área de 142,01 hectares e tem grande importância na conservação dos recursos hídricos. As diversas nascentes encontradas em sua área são fundamentais ao abastecimento do sistema de lagoas que a região possui. O Parque é um importante fragmento de área verde na malha urbana da cidade proporcionando melhor qualidade de vida à cidade. Além disso, tem função de servir como refúgio e locais de alimentação e reprodução de espécies nativas. Parque destaca-se no Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Juntamente com o Parque Estadual do Sumidouro e da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, é uma área fundamental para a conservação da biodiversidade. O Serra Verde é o segundo maior parque de BH, menor apenas que o Parque Municipal das Mangabeiras. A expectativa é que um público muito grande visite a unidade, devido à proximidade com a Cidade Administrativa de Minas Gerais, além da grande população do seu entorno. A unidade já possui uma sede administrativa e oferecem atividades de pesquisa, integração com seu entorno e educação e interpretação ambiental.

Coordenadas: 19°47'01" S 43°57'33" W.

4.2.5.22 Parque Estadual da Serra do Cabral

O Parque Estadual da Serra do Cabral está localizado na região centro-norte do Estado, na serra de mesmo nome que faz parte da Cordilheira do Espinhaço abrangendo os municípios de Buenópolis e Joaquim Felício. Com altitudes que variam entre 900 e 1300 metros de altitude, a Serra é um divisor de águas entre os rios das Velhas e Jequitaiá, ambos afluentes da margem direita do rio São Francisco.

A vegetação local é composta de veredas, matas e cerrado. Há ocorrência de Sempre-vivas e Palmito doce (*Euterpe edulis*). Na fauna destaca-se a presença de antas (*Tapirus terrestris*), espécie ameaçada de extinção.

O Parque abriga muitas nascentes, entre elas a dos córregos Riachão, Embaiassaia, responsáveis pelo abastecimento das áreas urbanas dos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, respectivamente. A abundante rede hidrográfica forma inúmeras cachoeiras e piscinas naturais, que compõem, juntamente com os afloramentos rochosos, as veredas, matas e campos naturais, paisagens de grande beleza.

Destaca-se o grande número de sítios arqueológicos pré-históricos existentes. Em diversos locais são registradas pinturas rupestres onde predominam desenhos zoomorfos.

Coordenadas: 17°50'50" S 44°12'38" W.

4.2.5.23 Parque Estadual da Serra das Araras

Parque Estadual da Serra das Araras se destaca, pelos seus paredões, seus diversos ecossistemas considerados como de preservação permanente (veredas, matas ciliares, nascentes e topos de morros) e seus sítios geomorfológicos que funcionam como habitat e criadouro natural de espécies de araras ameaçadas de extinção (arara-vermelha e arara-canindé), que dão nome a serra.

A região é preenchida por inúmeras veredas (cabeceiras pouco profundas), que fornecem alimento e abrigo para a reprodução de treze espécies da fauna ameaçadas de extinção e paisagens naturais de grande valor. Sua cobertura vegetal é formada predominantemente pelo cerrado e ecossistemas associados (matas ciliares e veredas). Dentre as espécies ocorrentes no cerrado, destacam-se aquelas cujos frutos são utilizados pela fauna como alimento: fava d'anta, mangabeira, pequi, jatobá-de-cerrado, araçá, gabioba, dentre outras. Nas veredas e matas ciliares há presença marcante da *Palmácea buriti* e da *Pindaíba*.

Entre os mamíferos, o destaque é para o Veado-galheiro ou Sussuapara, espécie extremamente rara em Minas Gerais, que ocupa as áreas alagadas das veredas, além do Veado-campeiro, Onça-parda, Jaguatirica, Gato-mourisco, Lontra, Tatu-canastra e o Tamanduá-bandeira.

Localiza-se no município de Chapada Gaúcha.

Coordenadas: 15°27'32" S 45°23'09" W.

4.2.5.24 Parque Estadual Cerca Grande

Localizado no município de Matozinhos, o Parque Estadual Cerca Grande está inserida em uma das mais expressivas regiões cársticas do Brasil, esta região é considerada o berço da espeleologia, arqueologia e paleontologia brasileira. O naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880) iniciou os seus estudos no século XIX - 1835, revelando ao mundo a existência da arte rupestre em Lagoa Santa. A extensão dos maciços calcários (principal rocha que forma as cavernas), a riqueza e variedade das cavidades e seus depósitos fossilíferos, motivou o pesquisador a se estabelecer na região, realizando importantes descobertas que iriam determinar os rumos da espeleologia nacional.

A cobertura vegetal da área da UC já sofreu grande impacto pela expansão da atividade pecuária, entretanto tem a presença de mata seca associada aos afloramentos calcários. Muitas vezes, o afloramento de calcário está associado a uma dolina, na qual a cobertura vegetal apresenta menor caducifolia. Quando esta área não atinge uma saturação hídrica ao ponto de formar lagoas ou brejos, é ocupada por florestas, ocorrendo além dos angicos e gameleiras já citados, diversos Açoita-cavalos (*Luehea divaricata*), Catiguás (*Trichilia catigua* e *T. clausenii*) e algumas árvores de Jequitibá Branco (*Cariniana estrellensis*), Pau Ferro (*Machaerium scleroxylon*) e Louro-Branco (*Bastardiopsis densiflora*), entre outras.

Esta cobertura florestal, apesar de fragmentada, é ainda freqüente sobre os afloramentos e em seu entorno, constituindo os principais remanescentes da vegetação nativa da região. O Parque Estadual Cerca Grande ainda não está aberto a visitação.

Coordenadas: 19°31'16" S 44°00'10" W.

4.2.5.25 Parque Estadual Mata do Limoeiro

Criado pelo decreto nº 45.566 em 22 de março de 2011, a área do Parque Estadual da Mata do Limoeiro é de 2.097,70 hectares e está situada no distrito de Ipoema, no município de Itabira. A região está localizada na Serra do Espinhaço, a cerca de sete quilômetros do Parque Nacional da Serra do Cipó. Na região podem ser observados fragmentos de Mata Atlântica e Cerrado. Já foram identificadas na área, pelo menos três espécies ameaçadas de extinção: o jacarandá-caviúna, a braúna-preta e o samambaiçu. Entre as espécies da fauna, já foram observadas espécies raras como o rato do mato, típico do Cerrado, e o gambá-de-orelha-branca, presentes somente em áreas de Mata Atlântica.

Coordenadas: 19°35'30" S 43°27'10" W.

4.2.5.26 Parque Estadual Serra da Boa Esperança

Inserido no município de Boa Esperança, a conservação dos abundantes recursos hídricos da região é um dos principais motivos da criação do Parque. A área abriga várias nascentes e cursos d'água de tributários do Rio Grande e do Lago de Furnas e que são responsáveis pelo abastecimento de comunidades de propriedades localizadas no sopé da Serra.

Os estudos técnicos elaborados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) apontam a existência de fragmentos vegetais importantes, apesar da intensa atividade humana. A área apresenta, ainda, em locais de difícil acesso, vegetação representativa de Mata Atlântica, cerrado e campos de altitude em bom estado de conservação.

O Parque Estadual da Serra da Boa Esperança apresenta um relevo bastante acidentado, variando das chapadas planas às áreas de serras e escarpas. Nas chapadas a altitude varia de 900 a 1.100 metros e nas serras e cumes chegam a 1.400 metros. A importância ecológica da área é confirmada pelo Atlas para a Conservação da Biodiversidade do Estado de Minas (Biodiversitas). Na publicação, a 'Bacia de Furnas' é classificada como prioritária para a preservação, tanto de espécies da fauna como da flora, algumas delas ameaçadas de extinção.

O Parque ainda reúne grande potencial turístico com suas gargantas, cânions, cachoeiras e corredeiras. Os cursos d'água, de aspecto cristalino, indicam a boa qualidade para o consumo humano e de animais, tornando a preservação dos mananciais de primeira necessidade para o abastecimento das comunidades e fazendas localizadas no sopé da Serra.

A Serra da Boa Esperança também é famosa pela canção de mesmo nome, de Lamartine Babo. No século 20, o cantor e compositor gaúcho correspondeu-se com Nair, uma mineira de Dolores de Boa Esperança. Tempos depois, visitando a cidade, ele descobriria que Nair era uma menina, sobrinha de um admirador seu, o dentista Carlos Alves Neto, verdadeiro autor das cartas. Juntos, fizeram a canção.

Coordenadas: 20°57'27" S 45°39'28" W.

4.2.5.27 Parque Estadual Serra do Intendente

Localizada do município de Conceição do Mato Dentro, a área apresenta bom estado de conservação da vegetação que inclui matas de galeria, cerradão e florestas estacionais semidecíduais. Essas últimas estão localizadas em áreas de encostas, nascentes d'água, margens de córregos, de extrema importância. A vegetação de campo rupestre está bem conservada e os

locais onde ela sofreu desmatamento por incêndios florestais e outros tipos de ações antrópicas (como retirada de material lenhoso e extração de plantas ornamentais) apresentam boas possibilidades de recuperação.

O Espinhaço encerra diversas belezas naturais: rios, ribeirões com suas corredeiras, cachoeiras, cânions, afloramentos rochosos com suas formas diversas e a riqueza ímpar em biodiversidade. No caso específico da Serra do Intendente, destaca-se a Cachoeira do Tabuleiro, a maior do Estado, com 273m de altura, sendo também, a terceira nessa ordem, no País. Também merecem destaque as cachoeiras do Zé Cornicha, do Rabo de Cavalo, da Roda, da Fumaça, do Roncador I e II e, a do Peixe Tolo, localizada no cânion de mesmo nome.

Além destas quedas, centenas de pequenas quedas movimentam os córregos lá existentes com suas piscinas naturais. A presença de corredeiras e piscinas naturais, graças ao relevo acidentado, compõe um cenário de beleza ímpar desta área, que além da flora e fauna exuberantes elevam o potencial turístico da área.

Coordenadas: 19°02'54" S 43°36'00" W.

4.2.5.28 Parque Estadual da Serra do Papagaio

O Parque Estadual da Serra do Papagaio abriga um importante remanescente de Mata Atlântica do Estado. Localizado na Serra da Mantiqueira, entre os municípios de Aiuruoca, Baependi, Alagoa, Itamonte e Pouso Alto, possui formações mistas de campos, matas e áreas de enclave com matas de araucária.

Na unidade de conservação, concentram-se as nascentes dos principais rios formadores da bacia do Rio Grande, responsável pelo abastecimento de grandes centros urbanos do sul de Minas.

O Parque é uma importante reserva de diversas espécies de mamíferos, aves e anfíbios, convivendo e se reproduzindo graças à riqueza de ambientes e abrigos existentes. Destacam-se o Mono Carvoeiro, o Lobo-Guará, o Papagaio do Peito roxo e a Onça parda.

Coordenadas: 22°07'S 44°44' W.

4.2.5.29 Parque Estadual da Serra Negra

Abrangendo o município de Itamarandiba, o Parque Estadual da Serra Negra faz parte da bacia do rio Jequitinhonha. Está inserido na Cadeia do Espinhaço, dominando a paisagem local com seu relevo montanhoso e aparência escura, quando vista contra o sol. Deve-se a este fator o nome da Serra e do próprio Parque.

A unidade de conservação está incluída nos domínios da Mata Atlântica. Em locais de difícil acesso e em algumas baixadas podem ser observados grandes fragmentos da imponente vegetação que, originalmente, dominava a região. Podem ser observadas espécies como cedro, braúna, ipês, perobas, jacarandás, vinhático, dentre outras típicas de ambiente. A região da Serra Negra possui importância vital para as regiões do Alto e Médio Jequitinhonha, pois inclui inúmeras nascentes de cursos d'água, vertentes para a bacia do rio Jequitinhonha, rio Araçuaí e alguns tributários do rio Doce. Ao longo das nascentes, dos córregos e dos rios, que banham a serra, ainda podem ser observadas matas de galeria e remanescentes florestais importantes para a manutenção da fauna e flora locais.

Coordenadas: 18°01'08" S 42°46'17" W.

4.2.5.30 Parque Estadual da Serra Nova

Localizado no município de Rio Pardo de Minas, a formação vegetal predominante no Parque Estadual de Serra Nova são os campos rupestres, possuindo algumas árvores nativas como Jataípeba, Aroeira e Sucupira. Possui alguns pontos de mata fechada e a topografia bastante irregular, composta da Serra Geral e da Serra do Espinhaço, com regiões de grotas, morros e nascentes. O Parque abriga diversas nascentes, entre elas a do Ribeirão São Gonçalo e dos rios Ventania, Suçuarana, Bomba, Ladim e do Córrego da Velha.

Coordenadas: 15°39'48" S 42°46'28" W.

4.2.5.31 Parque Estadual dos Sete Salões

O Parque Estadual de Sete Salões localiza-se na região do médio Rio Doce, compreendendo os municípios de Resplendor, Itueta e Conselheiro Pena. Possui área de 12.520 hectares caracterizando-se por ser importante remanescente de Mata Atlântica associada a formações de campos rupestres e florestas de candeias. O Parque é uma área bem conhecida na região por seus atrativos naturais, em especial a gruta arenítica, cujos salões podem ser percorridos e admirados em sua beleza.

O relevo montanhoso em vários locais encontra-se recoberto por grandes formações rochosas, que na região servem de marcos de localização e dominam a paisagem local. O ponto culminante do Parque é o Pico de Sete Salões, que compõe a beleza do cenário com seus 1.135 metros de altitude.

Os remanescentes florestais distribuem-se ao longo dos cursos d'água, onde se destacam espécies arbóreas como a peroba, a braúna e o jacarandá. As matas possuem muitos cipós, bromélias e orquídeas, dispostas em nichos ecológicos específicos, ao longo dos estratos de vegetação.

Os campos rupestres são ricos em espécies adaptadas a ambientes de estresse hídrico, com evidência para a diversidade de orquídeas, encontradas nas rochas e no solo exposto das montanhas.

Coordenadas: 19°15' S 41°23' W.

4.2.5.32 Parque Estadual do Verde Grande

O Parque Estadual do Verde Grande abriga representativos remanescentes que margeiam o Rio São Francisco até a desembocadura do Rio Verde Grande. Sua vegetação é característica de floresta Sub-perenifólia, floresta estacional decidual composta também por biomas de Caatinga arbórea e caatinga arbustiva. Localiza-se no município de Matias Cardoso.

Coordenadas: 14°45' S 43°48' W.

4.2.5.33 Parque Estadual Veredas do Peruaçu

A área do Parque Estadual Veredas do Peruaçu abriga um complexo de veredas e lagoas, formando um ambiente de textura argilosa. Destaca-se a vereda do Peruaçu, que dá origem ao nome da unidade de conservação (significa 'gruta grande'), com seus 37 quilômetros de comprimento decorados por palmeiras e buritis de até 20 metros de altura. Outras das veredas de menor extensão também são encontradas no Parque como a Comprida, dos Lopes, da Lagoa Azul, da Passagem, da Cruz entre outras.

A fauna é rica e diversificada, com destaque para a ocorrência de lobos-guará, cotias, jaguatirica, ariranhas, antas, mico-estrela, veados-campeiros e suçuaranas. Também são encontradas onças pardas, tamanduás-bandeira, caititus, tatus, pacas, jacarés, jararacas, cascavéis e sucuris, dentre outros. Localiza-se no município de Januária.

Coordenadas: 15°00' S 44°39' W.

4.2.5.34 Parque Estadual Alto Cariri

O Parque Estadual Alto Cariri abriga um importante remanescente de Mata Atlântica que se estende pelo sul da Bahia. Juntamente com o Refúgio de Vida Silvestre Mata dos Muriquis, também localizado em Santa Maria do Salto, é responsável pela preservação de espécies ameaçadas como o Monocarvoeiro, maior primata das Américas.

Um grande número de espécies endêmicas, que só existem ali, pode ser encontrado nas unidades. A região possui uma grande área de floresta, o Parque, e diversos fragmentos menores, nos quais está inserido o Refúgio, assim protegidos para facilitar a recuperação e o restabelecimento da conexão entre elas. Localiza-se no município de Salto da Divisa.

Coordenadas: 16°17' S 39°59' W.

4.2.5.35 Parque Estadual Serra do Ouro Branco

A região do Parque Estadual Serra do Ouro Branco está situada na borda limítrofe sul da Serra do Espinhaço, sendo a primeira formação geológica considerada como o marco inicial sul da segunda, nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto.

A cobertura vegetal do Parque é constituída por Campos Rupestres e de Altitude, nas mais baixas altitudes, as Matas de Galeria, que ocupam as margens dos cursos d'água e os Capões, além de importantes remanescentes de mata atlântica, representados pela fitofisionomia de floresta estacional semidecidual. A vegetação na região é extremamente variada e diversa e seu grau de endemismo é um dos maiores de toda a cadeia do espinhaço.

As altitudes máximas variam de 800 a 1510. A formação geológica Serra do Ouro Branco é importante divisor de águas de três grandes sub-bacias de importantes bacias hidrográficas federais, a saber: sub-bacia do Rio das Velhas e sub-bacia do Rio Paraopeba, da bacia do Rio São Francisco e; sub-bacia do Rio Piranga da bacia do Rio Doce.

Coordenadas: 20°28' S 43°42' W.

4.2.5.36 Parque Estadual Serra da Serra do Sobrado

A área do Parque Estadual Serra do Sobrado faz parte da bacia do Ribeirão da Mata, afluente da margem esquerda do Rio das Velhas, pertencente à bacia do Rio São Francisco. A Serra do Sobrado constitui um divisor de águas, que drena afluentes da margem direita do Ribeirão da Mata e afluentes da margem esquerda do Córrego Inácio de Carvalho e do Ribeirão das Areias. O Ribeirão das Areias, localizado mais ao sul do PESS, é afluente da margem esquerda do Ribeirão da Mata. Ocorrem ainda lagoas e áreas brejosas, associadas à drenagem.

A cobertura vegetal do PESS é constituída pelas formações florestais das Florestas Decíduas (Matas Secas) nas encostas com solos mais rasos e pela Floresta Semidecídua nas áreas mais altas e solos mais profundos. Entre estas áreas temos a presença de gramíneas exóticas, que vem do histórico do uso antrópico desta área. Localiza-se no município de São José da Lapa.

Coordenadas: 19°40'40" S 44°00'20" W.

4.2.5.37 Parque Estadual de Paracatu

Localizado no município de Paracatu, o parque foi criado para preservar as tipologias que ainda existem na região e garantir os recursos hídricos necessários ao abastecimento de água da cidade de Paracatu assim como assegurar a biodiversidade local, proporcionando regiões de corredores ecológicos e refugio para a fauna local, dada a fragmentação da paisagem da região. O principal rio de Paracatu dá nome à cidade e pertence à bacia do São Francisco e sub bacia do Paracatu, também á nome ao Parque. A área do parque compreende as microbacias do Ribeirão Santa Izabel e Córrego do Espalha. Há também o Rio São Marcos divisor interestadual com o município Goiano de Cristalina que deságua juntamente com seus afluentes na Bacia do Prata.

No Município, verificam-se duas estações bem distintas, uma úmida, que corresponde ao verão, e outra seca, que corresponde ao inverno. A umidade relativa média anual chega a 71,6% e coeficiente de variação da precipitação anual 37,1%.

Coordenadas: 17°05' S 47°03' W.

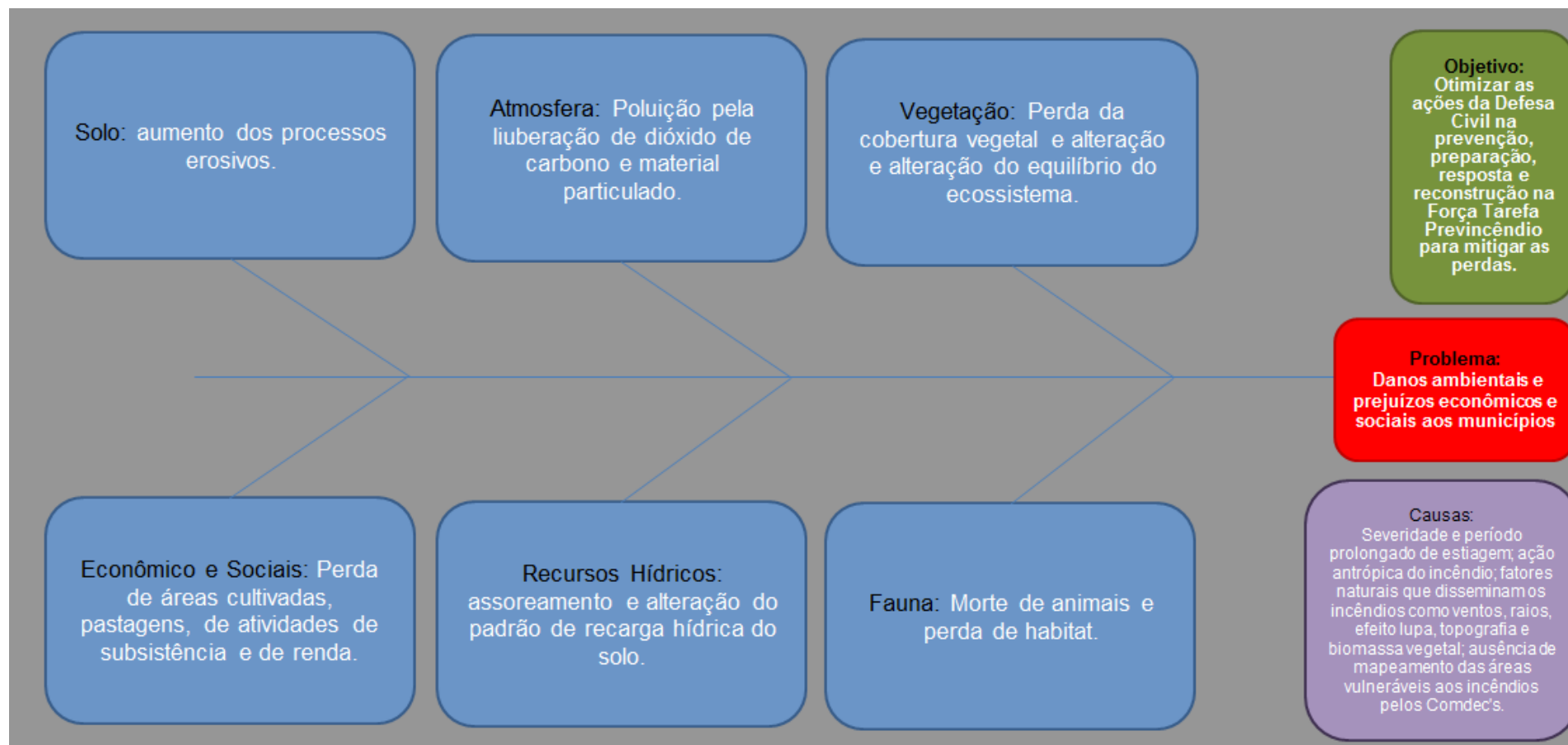
4.2.5.37 Parque Estadual Serra da Candonga

O Parque Estadual Serra da Candonga está situado em área de domínio da Mata Atlântica, no município de Guanhões. O relevo é suavemente ondulado. A paisagem é dominada por pastagens e o remanescente da vegetação nativa arbórea. O Parque abriga cerca de 20 nascentes de cursos d'água, que formam os córregos Barra Mansa, Barreira e Conquista. Além das oito represas construídas, existem nos cursos d'água que cortam as propriedades, cachoeiras e corredeiras naturais.

Sucupira, jacarandá, ipê, braúna, quaresmeira, peroba-rosa, canela, garopa, angico, dentre outros, podem ser identificados no local e integram a cobertura vegetal arbórea nativa. A fauna local é composta de macacos, mão-pelada, quati, lontra, paca, capivara, tatu, veado, catitu, além de aves como jacu, sabiá, João-de-barro, trinca-ferro, curió, seriema, inhambu, bem-te-vi, gavião, coleira, coruja, dentre outros. Além disso, encontram-se na região várias espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada, o lobo-guará e o tamanduá-bandeira.

Coordenadas: 18°54' S 42°57' W.

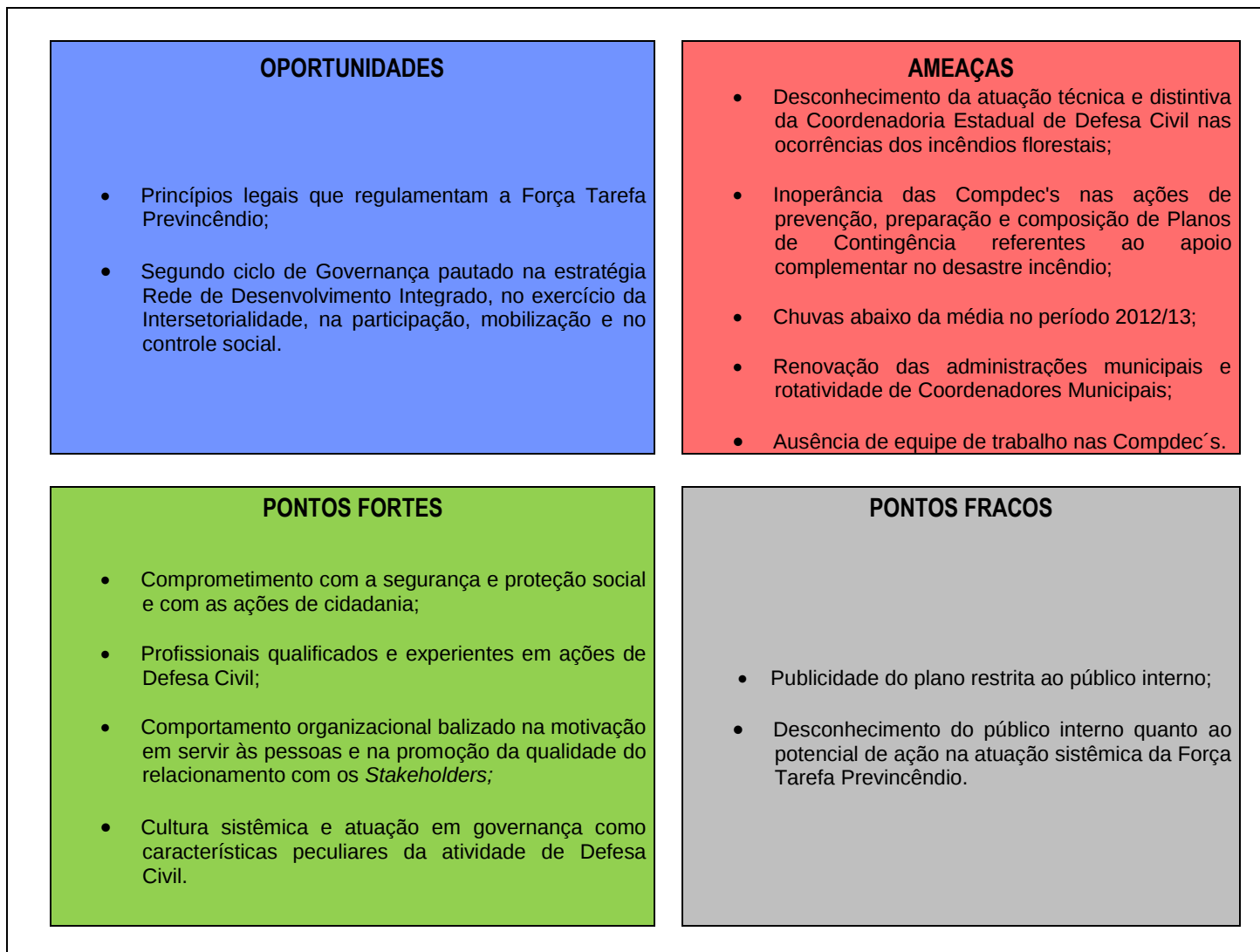
5 DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO REFERENTE AO DESASTRE INCÊNDIO



6 MAPEAMENTO DE RISCOS

RISCO/ VULNERABILIDADE	CAUSA	EFEITO	PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	CONTRA MEDIDA
Desconhecimento dos Municípios em relação ao Potencial Destrutivo do Desastre Incêndio.	Falta de percepção do Risco.	Ausência de medidas de prevenção e preparação junto à população urbana e rural, escolas, comércio e setor privado.	Alto	Alto	Atuação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil junto ao Poder Executivo Municipal e Coordenadores de Proteção e Defesa Civil.
Processo de comunicação ineficaz entre a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e demais órgãos da Força Tarefa Previncêndio.	Informações fragmentadas e polarizadas; modelo de rede não atuante.	Retrabalho; perda da força de trabalho; ações individualizadas em detrimento da ação sistêmica da Força Tarefa; descontrole dos focos de incêndio.	Média	Alto	Contribuir ativamente para a atuação em rede da comunicação da Força Tarefa Previncêndio.

7 MATRIZ SWOT



7.1 Análise da Matriz SWOT

As oportunidades consistem em condutas gerenciais que dão legitimidade à atuação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e dos Coordenadores Municipais nas ações de prevenção, preparação aos eventos de incêndios florestais como apoio à Semad municípios na fase de resposta e reconstrução.

As ameaças representam a condição atual das Coordenadorias Municipais quanto à capacidade de apoio aos desastres.

Os pontos fortes evidenciam a qualidade técnica e os valores da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Estes elementos consistem em fatores críticos de sucesso para maximizar a atuação da Força Tarefa Previncêndio.

Os pontos fracos identificam lacunas, que precisam ser sanadas internamente, para fins de operacionalização do Plano de Gestão Integrada FTP/ Cedec 2014.

A análise da Matriz SWOT demonstra que as oportunidades e os pontos fortes são relevantes e constituem-se em fatores que viabilizam tecnicamente a aplicação do Plano de Gestão Integrada FTP/ Cedec 2014. As ameaças são significativas, destacando-se à condição das Compdec's, no que se refere à capacidade de ação e ao elevado índice rotatividade dos agentes de Defesa Civil nos municípios. Os pontos fracos indicam a necessidade de trabalho de *endomarketing* para fins de dar conhecimento e transmitir informações quanto ao valor da missão institucional da Cedec na Força Tarefa Previncêndio.

8 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Prioridade 8.1: Conscientizar os integrantes da equipe da Cedec quanto à importância da atuação individual, coletiva e organizacional na Força Tarefa Previncêndio;

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Apresentação do Plano	DEDC/ Cedec	Maio/2014	Dplan	Recursos audio-visuais	Agentes Cedec	Mensagem no Papel de Parede/ PC
Participação em reuniões	Semad	Agenda prévia	Sec. Executivo	Viatura Cedec/ Notebook	Agentes Cedec	Ofício, e-mail, despacho
Participação em simulados	Unid. de Conservação	Cronograma Semad	Sec. Executivo	Diárias de viagens, viatura, notebook, equipe de SCO	Agentes Cedec	Ofício, e-mail, despacho

RESULTADO:	Desempenho da Cedec alinhado à estratégia Força Tarefa Previncêndio
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistências e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiro dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.2: Capacitar os Coordenadores Municipais para sua atuação específica no desastre Incêndio Florestal

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Inserir a temática Incêndios Florestais nos cursos Cedec	DEDC	Curso Básico de Def. Civil	DEDC	Recursos e estratégias didáticas	Professores Cedec	Memorando, Plano Cedec FTP
Preparar conteúdo técnico sobre atuação das Compdec's em Inc. Florestais	DEDC	1º semestre/2014	DEDC	Site, cartilhas, folder, fly, apostilas, livros	Técnico em Defesa Civil	Memorando, Plano Cedec FTP
Disponibilizar o conteúdo técnico	Site da Cedec/ MG	1º semestre/2014	Comunicação Organizacional/ GMG	Computador, acesso a administração de conteúdo do site	Técnico em Informática	Página Web da Cedec/ MG

RESULTADO:	Aumento da capacidade de prevenção dos municípios
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.3: Prestar assessoria técnica aos Coordenadores Municipais na composição do Plano de Contingência de Incêndio Florestal

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Enviar comunicados aos Compdec's quanto à importância da elaboração de Planos de Contingência	Cedec/ MG	2014	Dplan/ DEDC	Telefonia Celular, Computador e Conexão à Internet	Compdec's e Agentes da Cedec	SMS, E-mail e verbal durante as aulas de CBDC
Analisar os Planos de Contingência dos Municípios que forem elaborados retornando com as sugestões	Cedec/ MG	2014	Dplan	Computador e Conexão à Internet	Servidores da Dplan e Compdec's	E-mail e ofício de resposta

RESULTADO:	Preparação dos municípios para as ações de prevenção e resposta aos incêndios florestais
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação e recuperação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.4: Prestar assessoria técnico-legal aos municípios em situação de anormalidade decorrente do desastre Incêndio Florestal

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Acompanhar informações sobre ocorrências de incêndios florestais de grandes proporções	DCE/ Cedec	Durante os períodos críticos	Plantonista	Telefone, computador, acesso à internet	Componentes da FTP	Telefone, e-mail, mídia, REDS
Contatar e orientar os municípios atingidos por incêndios florestais de grandes proporções	DCE e DTEC	Quando detectado intervenção em âmbito de Defesa Civil	Agentes da Cedec	Telefone, computador, acesso à internet e fax	Agentes da Cedec, Compdec's e demais colaboradores do municípios	Telefone, e-mail e ofício

RESULTADO:	Adoção dos procedimentos adequados em caso de situação de anormalidade
IMPACTO AMBIENTAL:	Recuperação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.5: Deslocar equipes e implantar o Sistema de Comando em Operações (SCO) quando a situação assim demandar

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Preparação da FTP através de palestra/ curso SCO	A definir	Conforme demanda	DEDC/Cedec e Semad	Viaturas, rádios, celulares, flip chart, kit multimídia.	Integrantes da Força Tarefa Previncêndio	Ofícios
Instalação do SCO em incêndios florestais de grandes proporções	Ponto estrategicamente localizado	Quando acionado pela FTP	Coordenador Estadual de Defesa Civil e Secretário-Executivo	Viaturas, rádios, celulares e equipamentos de SCO	Agentes da Cedec, Poder Executivo Municipal e FTP	Telefone, e-mail e rádio

RESULTADO:	Atuação de forma sistematizada e sinérgica da Força Tarefa Previncêndio
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.6: Estabelecer rede de comunicação com os Coordenadores Municipais e com os demais integrantes da Força Tarefa Previncêndio

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Atualizar lista de contatos dos Compdec's e obter junto à Semad a lista de contatos já existente	Cedec/ Dplan	2014	Dplan/ DEDC	Telefone, fax, computador e acesso à internet	Cedec e Semad	Telefone, e-mail e fax

RESULTADO:	Obtenção e compartilhamento tempestivo de informações, gerenciamento oportuno e celeridade na tomada de decisões
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.7: Publicar no Boletim diário as ocorrências de incêndios florestais que demandarem a atuação específica da Defesa Civil nos âmbitos municipal e estadual

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Acompanhar as ocorrências de incêndio florestal de grandes proporções	DCE/Cedec	Nos períodos de ocorrência	Plantão	Computador, acesso à internet, telefone e rádio	Cedec, Semad, Compdec's	REDS, Telefone, fax, imprensa e e-mail
Obter informações de fontes oficiais e divulgando-as quando a situação assim exigir	DCE/Cedec	Nos períodos de ocorrência	Plantão	Computador, acesso à internet, telefone e rádio	Cedec, Semad, Compdec's	REDS, Telefone, fax e e-mail

RESULTADO:	Transparência das ações desencadeadas pelo Estado de Minas Gerais na resposta aos grandes incêndios
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

Prioridade 8.8: Uso da gestão da inteligência para coordenação interna da Cedec

AÇÃO ESTRATÉGICA	LOCAL	QUANDO	RESPONSÁVEL	LOGÍSTICA	ENVOLVIDOS	COMUNICAÇÃO
Acessar banco de dados da Semad referentes à ocorrência de incêndios florestais em 2014	Dplan/ Cedec	Oportunamente	Cap Rezende	Computador, acesso à rede interna	Cedec e Semad	Rede interna da Cedec
Acompanhamento em tempo real dos focos de incêndios em MG através de programa computacional específico	DCE/ Cedec	Nos períodos de estiagem prolongada	Plantão	Computador e acesso à internet	Cedec	Via web
Dar ênfase aos alertas climáticos	DCE/ Cedec	Nos períodos de estiagem prolongada	Plantão	Computador e acesso à internet	Cedec e Dr. Ruibran	E-mail e site

RESULTADO:	Aumento da capacidade de gerencial da Cedec
IMPACTO AMBIENTAL:	Preservação do patrimônio ambiental
IMPACTO SOCIAL:	Manutenção das atividades de subsistência e das fontes de renda familiar
IMPACTO ECONÔMICO:	Proteção do ciclo econômico e financeiros dos municípios
IMPACTO INSTITUCIONAL:	Efetividade da estratégia governamental

9 FECHAMENTO

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, como agente integrante do sistema Previncêndio, gera diferencial ao desempenhar suas atribuições em consonância do que se espera nesse sistema. Oportunamente, a Cedec dissemina aos demais agentes de proteção e defesa civil a política ambiental do Estado de Minas Gerais em relação aos incêndios florestais bem como esclarece suas prováveis consequências socioambientais além de dialogar sobre as formas de prevenção, mitigação, preparação e resposta para esses desastres no tocante as atribuições que são intrínsecas à Defesa e Proteção Civil.

Por ter seu campo de atuação na esfera estratégica no Governo de Minas, a Cedec direciona seus objetivos na produção e desenvolvimento do conhecimento na prevenção e gestão de desastre incêndio florestal, direcionando o foco de atuação em consonância com sua expertise.

Espera-se com este plano um fortalecimento da capacidade do Estado de Minas Gerais na prevenção e resposta aos desastres relacionados aos incêndios florestais por meio de uma articulação organizada dos diversos órgãos que compõem o sistema Previncêndio.

Belo Horizonte, 13 de Maio de 2014.

-: ALEX DE MELLO, CORONEL PM :-
Chefe do Gabinete Militar do Governador e
Coordenador Estadual de Defesa Civil

REFERÊNCIAS

ABREU, M. L. de. Climatologia da estação chuvosa de Minas Gerais: de Nimer (1977) à Zona de Convergência do Atlântico Sul. Revista Geonomos, Vol. 06, nº 2, 1998.

BOSNICH, J. Manual de Operações de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Funções da Organização para o Combate. Brasília: IBAMA/ Prevfogo. 30 p. 1998.

DIAS, G.F. “Mudança Climática Global e Educação Ambiental”, 2007.

FTP – FORÇA TAREFA PREVINCÊNDIO. PLANO DE AÇÃO 2013 – Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Belo Horizonte, Nov. 2013.

MEDEIROS, M.B., FIEDLER, N.C. Incêndios Florestais no Parque Nacional de Serra Canastra: Desafios para a Conservação da Biodiversidade. Rev. Ciência Floresta, vol. 14, n.2, 2003. p. 157-168.

NIMER, E. Climatologia do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ. 1989.

PREVINCÊNDIO. Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais: Secretaria de Estado de meio ambiente e Desenvolvimento sustentável – Semad. Plano de ação, 2013.

RAMOS, P. C. M. “Sistema nacional de prevenção e combate aos incêndios florestais”. In: Fórum Nacional Sobre Incêndios Florestais, 1., 1995, Piracicaba. Anais... Piracicaba: IPEF, 1995. p. 29-58.

www.ief.mg.gov.br acesso em 02 de maio de 2013

ANEXO A

(UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS ADMINISTRADAS PELO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF)

PROTEÇÃO INTEGRAL		
UC's	Quantidade	Área (ha)
Estação Ecológica	11	12.874,65
Reserva Biológica	2	10.050,94
Parque Estadual	38	474.098,88
Monumento Natural	11	8.581,79
Refúgio de Vida Silvestre	4	22.292,76
Total (ha)		527.899,02
USO SUSTENTÁVEL		
UC's	Quantidade	Área (ha)
APA	14	1.499.538,19
Floresta Estadual	2	4.538,87
Reserva de Dev. Sustentável	1	60.975,31
RPPN	187	91.183,76
APE	25	-
Total (ha)		1.656.236,13
Total Geral		2.184.135,15

REGIONAIS	Gerentes por UC's
Regional Alto Jequitinhonha (Diamantina)	9
Regional Alto Médio São Francisco (Januária)	13
Regional Alto Paranaíba (Patos de Minas)	1
Regional Centro Norte (Sete Lagoas)	10
Regional Centro Oeste (Divinópolis)	2
Regional Centro-Sul (Barbacena)	19
Regional Mata (Ubá)	4
Regional Nordeste (Teófilo Otoni)	3
Regional Noroeste (Unaí)	2
Regional Norte (Montes Claros)	5
Regional Rio Doce (Governador Valadares)	5
Regional Sul (Varginha)	4
Regional Triângulo (Uberlândia)	2
Total	79

Regional Alto Jequitinhonha (Diamantina) Supervisor: Silvio Henrique Cruz Vilhena

Coordenador de Áreas Protegidas: Gabriel Carvalho de Ávila – (38) 9913-1406

Contatos: (38) 3531-3919 voip * 034627 (Silvio)

Cat.	Nome UC	Nome do responsável / E-mail	Telefone	Endereço de correspondência	Cidades abrangidas pela UC	Legislação	Área da UC
PE	Rio Preto	Antônio Augusto Tonhão de Almeida antonio.almeida@meioambiente.mg.gov.br	(38) 9976-5621 (31) 9159-1835	Estrada vicinal que liga o município de São Gonçalo do Rio Preto à comunidade de Santo Antônio. Km 15 – São Gonçalo do Rio Preto CEP: 39.185-000	São Gonçalo do Rio Preto	.Lei 11.172 de 27/09/1993 .Decreto de 35611 01/06/1994 .Decreto 44.175 de 20/12/2005	12.184,3255 ha
PE	Biribiri	Antônio Carlos de Godoy S. Carneiro antonio.carneiro@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3531-3919 (38) 3531-2650 (38) 9913-7360 (38) 8801-6080 (38) 8811-0315 (Viviane)	Av. da Saudade, 335, Centro – Diamantina CEP: 39.100-000	Diamantina	.Decreto 39.909 de 22/09/1998	16.999 ha
PE	Pico do Itambé	Silvia Jussara Duarte silvia.duarte@meioambiente.mg.gov.br peitambe@meioambiente.mg.gov.br	(33) 3428-1372 (31) 9672-6741	Fazenda São João, s/nº – Santo Antônio do Itambé CEP: 39.160-000	Santo Antônio do Itambé Serra Azul de Minas	.Decreto 39.398 de 21/01/1998 .Decreto 44176 de 20/12/2005	6.520,33 ha

PE	Serra do Intendente	Marcos Alexandre dos Santos marcos.santos@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9603-6767 (31) 3868-2878 (31) 9159-1975	Distrito de Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro CEP: 35.860-000	Conceição do Mato Dentro	.Decreto s/nº de 29/03/2007	13.508,83 ha
PE	Serra Negra	Wanderlei Pimenta Lopes <u>wanderlei.lopes@meioambiente.mg.gov.br</u>	(38) 9127-5426 (38) 3521-2312 (31) 9407-0004	Zona Rural de Itamarandiba	Itamarandiba	.Decreto 39.907 de 22/09/1998	13.654,31 ha
EE	Acauã	José Alberto Gomes Ferreira jose.ferreira@meioambiente.mg.gov.br	(33) 3764-5059 (33) 3764-5034 (31) 9159-1132	R. Sergipe, s/nº B. Acauã de Minas – Leme do Prado CEP: 39.655-000	Leme Prado Turmalina	.Decreto 16.580 de 23/09/1974 .Decreto 36.584 de 28/12/1994	5.196 ha
EE	Mata dos Ausentes	Clemente Francisco Brito clemente.brito@meioambiente.mg.gov.br	(38) 9974-9046 (38) 9958-0630 (38) 3525-1372 (31) 9326-4444 (38) 84164117	Estrada Penha de França, Km 05, Zona Rural – Senador Modestino Gonçalves CEP: 39.190-000	Senador Modestino Gonçalves	Decreto 16.580 de 23/09/1974 Decreto 36.584 de 28/12/94	490 ha
APA	Águas Vertentes	Leonardo Quirino da Costa Pereira leonardo.costa@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3541-4131 (31) 8889-9206 (31) 8807-1940 (Daniela)	R. Luiz Advíncula Reis, 164, Centro – Serro CEP: 39.150-000	Serro Santo Antônio do Itambé Rio Vermelho Serra Azul de Minas Felício dos Santos Diamantina Couto Magalhães de Minas	.Decreto 39.399 21/01/1998	76.310 ha
MN	Várzea do Lageado e Serra do Raio	Leonardo Quirino da Costa Pereira leonardo.costa@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3541-4101 (38) 3541-1672 (38) 3541-1672 (31) 9326-4000	R. Sempre Viva, 15 a, Milho Verco – Serro CEP 39150-000	Serro	.Decreto 45.614 06/06/11	2.199,9754 ha

Regional Alto Médio São Francisco (Januária) **Supervisor: Mário Lúcio dos Santos – (38) 9958-2611 / 9141-1514**

Coordenador de Áreas Protegidas: João Geraldo Ferreira Santos (substituindo Natália Rust Neves)

Contatos: (38) 3621-2611 / (31) 9159-6658

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Lagoa do Cajueiro	Neilton Viana Neves neilton.neves@meioambiente.mg.gov.br	(38) 9144-4869 (38) 3833-1532	MG 401, Km 18 – Matias Cardoso	Matias Cardoso	.Decreto 39.954 de 08/10/1998	20.500 ha
PE	Mata Seca	José Luiz Vieira jlv60@yahoo.com.br	(38) 3613-1639 (38) 9996-3482 (38) 9113-1578	R. Bahia, nº 88 Centro – Jaíba, MG CEP: 39.508-000	Manga	.Decreto 41.479 de 20/12/2000 Decreto 45.043 de 12/02/2009	15.360,07 ha
PE	Veredas do Peruaçu	João Roberto Barbosa de Oliveira jorbo21@yahoo.com.br	(38) 3615-8177 (38) 9946-1343	Travessa São Vicente, 86, Centro – Januária CEP: 39.480-000	Januária Cônego Marinho Bonito de Minas	.Decreto 36.070 de 27/09/1994 .Decreto 44.182 de 22/12/2005	31.226,14 ha
PE	Verde Grande	Frederico Junqueira Singulano frederico.singulano@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3615-1416 (31) 3833-1532 (38) 9200-3006 (38) 9905-9229 (31) 9116-4047	R. Bahia, nº 88 Centro – Jaíba CEP: 39508-000	Matias Cardoso	.Decreto 39.953 de 08/10/1998	25.570 ha

PE	Serra das Araras	Cícero de Sá Barros cícero.barros@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3634-2037 (38) 8815-2798 (31) 9326-0007	Travessa São Vicente, 86, Centro – Januária CEP: 39.480-000	Chapada Gaúcha	.Decreto 39.400 de 21/01/1998	11.137 ha
R E B I O	Jaíba	Frederico Junqueira Singulano frederico.singulano@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3615-1416 (31) 3833-1532 (38) 9200-3006 (38) 9905-9229 (31) 9116-4047	R. Bahia, nº 88 Centro – Jaíba CEP: 39.508-000	Matias Cardoso	.Lei 6.126 de 04/07/1977 .Lei 11.731 de 30/12/1994	6.210 ha
R E B I O	Serra Azul	Roberto Marcine de Oliveira Nunes Roberto.nunes@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3833-1532 (38) 9129-8551 (38) 9924-0998	R. Bahia, nº 88 Centro – Jaíba CEP: 39.508-000	Jaíba	.Decreto 39.950 de 08/10/1998 .Lei 18.307 de 30/07/2009	3.840,94 ha
R E V S	Rio Pandeiros	Maria Fernanda Vieira Rocha maria.fernanda@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3625-6274	Travessa São Vicente, 86, Centro – Januária CEP: 39.480-000	Januária	.Decreto 43.910 de 05/11/2004	6.102,75 ha
APA	Pandeiros	José Vanderval de Melo Junior jose.melo@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3625-6222	R. Joaquim Borges Monteiro, 180, Centro – Bonito de Minas CEP: 39.490-000	Januária Bonito de Minas	.Lei 11.901 de 09/02/1995	396.060,407 ha
APA	Lajedão	Neilton Viana Neves neilton.neves@meioambiente.mg.gov.br		R. Bahia, nº 88 Centro – Jaíba CEP: 39.508-000	Matias Cardoso	.Decreto 39.951 de 08/10/1998	12.000 ha

APA	Cochá e Gibão	José Vanderval de Melo Junior jose.melo@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3625-6222	R. Joaquim Borges Monteiro, 180, Centro – Bonito de Minas CEP: 39.490-000	Januária Bonito de Minas	.Decreto 43.911 de 05/11/2004	296.422,95 ha
APA	Serra do Sabonetal	Roberto Marcine de Oliveira Nunes Roberto.nunes@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3833-1532 (31) 9159-1229	R. Bahia, nº 88 Centro – Jaíba CEP: 39.508-000	Jaíba Itacarambi Pedras de Maria da Cruz	.Decreto 39.952 de 08/10/1998	82.500 ha
R E D S	Veredas do Acarí	Cícero de Sá Barros cicero.barros@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3634-2037 (38) 8815-2798 (31) 9326-0007	Travessa São Vicente, 86, Centro – Januária CEP: 39.480-000	Chapada Gaúcha Urucuaia	.Decreto s/nº de 21/10/2003	60.975,31 ha

Regional Alto Paranaíba (Patos de Minas) Supervisor: Washington Luiz Silva Lima

Coordenador de Áreas Protegidas: Rubens Maciel Cappuzzo

Contatos: (34) 3822-3533/(34) 9236-2065

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Campos Altos		(37) 3426-0988 (35) 8868-4682	R. Cornélia Alves Bicalho, 411, Centro – Campos Altos CEP: 38.970-000	Campos Altos	.Decreto 43.909 de 05/11/2004	782,67 ha

Regional Centro Norte (Sete Lagoas)

Supervisor: Júlio Cesar Moura Guimarães

Coordenador de Áreas Protegidas: André Campos Colares Botelho – (31) 9159-0047

Contatos: (31) 3774-8273

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Sumidouro	Rogério Tavares de Oliveira rogerio.tavares@meioambiente.mg.gov.br pesumidouro@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3661-8671 (31) 3661-8165 (31) 3661-8122 (31) 9959-1599 (31) 9116-4042 (31) 3689-8592 (31) 9568-5732 (31) 9718-5163 (31) 3661-8122 Casa Fernão D. (31) 9116-4049	.Administração/Museu: Estrada Campinho Lapinha, km 6 – Lagoa Santa .Casa Fernão Dias: R. Fernão Dias, 10, Quinta do Sumidouro – Pedro Leopoldo CEP: 33.600-000	Lagoa Santa Pedro Leopoldo	.Decreto 20.375 de 30/01/1980 .Decreto 44.935 de 03/11/2008	2.001,93 ha

PE	Serra do Cabral	Irene Rodrigues Faria irene.faria@meioambiente.mg.gov.br	(38) 9989-5051 (31) 9326-5555 (38) 9917-3377 (Hugo) (38) 9231-2112	.Av. Nilson Antunes, 283, Centro – Buenópolis CEP: 39.230-000 .Av. Serra do Cabral, 720, Horto Florestal	Buenópolis Joaquim Felício	.Decreto 44.121 de 29/09/2005	22.494,17 ha
PE	Cerca Grande	Rodrigo Otávio Correa da Silva rodrigo.otavio@meioambiente.mg.gov.br sapvetornorte.mocambeiro@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3915-1371		Matozinhos	.Decreto 45.398 de 14/06/2010	134,1915 ha
MN	Peter Lund	Mário Lúcio de Oliveira mario.oliveira@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3715-1560 (31) 9288-5921 (31) 9256-1111 (31) 9116-4103 (31) 9407-5555	.R. São José, 977, Centro – Cordisburgo CEP: 35.780-000 .Zona Rural, Rod. MG 421, Km 6	Cordisburgo	.Decreto 44.120 de 29/09/2005	72.73.89 ha
MN	Gruta Rei do Mato	Maria Honorina Pereira Rocha maria.pereira@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3771-5258 Seltur (31) 8439-2128 (31) 3775-2695 IEF (31) 9326-0047 (31) 9326-1000 (31) 9326-0007	BR 040, Km 472, B. Universitário – Sete Lagoas CEP: 32.700-000	Sete Lagoas	.Lei 18.348 de 25/08/2009	141,37 ha
MN	Vargem da Pedra	Rodrigo Otávio Correa da Silva rodrigo.otavio@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3771-5258 (31) 8439-2128 (31) 3775-2695 (31) 3712-8118		Matozinhos	.Decreto 45.392 de 08/06/2010	10,0979 ha

MN	Várzea da Lapa	Rogério Tavares de Oliveira	(31) 3915-1371 (31) 3661-8671 (31) 3661-8165 (31) 9959-1599 (31) 9116-4042 (31) 3689-8592		Lagoa Santa	.Decreto 45.508 de 25/11/2010	23,5324 ha
MN	Lapa Vermelha	Rogério Tavares de Oliveira	(31) 3915-1371 (31) 3661-8671 (31) 3661-8165 (31) 9959-1599 (31) 9116-4042 (31) 3689-8592		Pedro Leopoldo	.Decreto 45.400 de 14/06/2010	33,7118 ha
MN	Santo Antônio	Rodrigo Otávio Correa da Silva rodrigo.otavio@meioambiente.mg.gov.br	319356-3614 (tim)		Matozinhos	.Decreto 45.399 de 14/06/2010	31,1262 ha
MN	Experiência da Jaguará				Matozinhos	.Decreto 45.391 de 08/06/2010	38,4815 ha

Regional Centro Oeste (Divinópolis)

Supervisor: Patrick de Carvalho Timochenco – patrick.timochenco@meioambiente.mg.gov.br

Coordenador de Áreas Protegidas:

Rodrigo Martins Goulart – rodrigo.goulart@meiambiente.mg.gov.br

Contatos: (37) 3229-2800 / 3229-2831

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
EE	Corumbá	José Wilson Neves jose.neves@meioambiente.mg.gov.br ee.corumba@meioambiente.mg.gov.br	(37) 9119-3125 (37) 3351-5487 (37) 3351-3125	R. Ascanio Lima, 03, Centro – Arcos CEP: 35.588-000	Arcos	.Decreto 16.580 de 23/09/1974 .Decreto 37.826 de 14/03/1996	304,06 ha
EE	Mata do Cedro	Leandro Campos ee.matadocedro@meioambiente.mg.gov.br	(37) 9961-5096 (37) 3381-3588	Av. Araguaia, 210, sala 204, Centro – Cláudio CEP: 35.530-000	Carmópolis de Minas Cláudio	.Decreto 41.514 de 28/12/2000 .Decreto 44.177 de 20/12/2005	1.563,25 ha

Regional Centro-Sul (Barbacena)

Supervisor: Ricardo Ayres Loschi

Contatos: (32) 3331-2033 ramal 107 / (32) 8844-8424

Coordenador de Áreas Protegidas: Ana Paula Cerqueira de Barros Pinheiro

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
APA	Cachoeira das Andorinhas	Pedro Martucci Couto pedro.couto@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9176-0263 (31) 9645-8535 (31) 8571-1145	BR 356, Km 91. R. Nossa Senhora da Conceição, s/nº CEP: 35.400-000 Caixa Posta 116	Ouro Preto	.Decreto 30.264 de 16/10/1989	18.700 ha
APA	Seminário Menor de Mariana	José Augusto Rodrigues Loes jose.loes@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3557-5123 (31) 9901-4084 (31) 8432-3904	Entroncamento entre a MG 262 (Rodovia dos Inconfidentes) e a MG 129	Mariana	.Decreto 23.564 de 11/05/1984	350 ha
EE	Tripuí	Rafael Magalhães Ferreira eetripui@gmail.com rafael.magalhães@meioambiente.mg.gov.br	(31) 8793-4688 (31) 8463-5265 (Antônio)	BR 356, Km 91. R. Nossa Senhora da Conceição, s/nº CEP: 35.400-000 Caixa Posta 116.	Ouro Preto	.Decreto 9.157 de 24/04/1978 .Decreto 21.340 de 04/06/1981	337 ha
FLOE	Uaimíi	Alberto Vieira de Melo Matos alberto.matos@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3551-0932 9407-0002 (TIM) (31) 9961-1340	BR 356, Km 91. R. Nossa Senhora da Conceição, s/nº CEP: 35.400-000 Caixa Posta 116	Ouro Preto	.Decreto s/nº de 21/10/2003	4.398,16 ha
MN	de Itatiaia	Fellipe Pinheiro Chagas Mendonça fellipe.chagas@meioambiente.mg.gov.br	(31) 8566-8582 9159-1672 (TIM)	Estrada entre Ouro Branco e Ouro Preto em Itatiaia, Distrito de Ouro Branco	Ouro Preto Ouro Branco	.Decreto 45.179 de 21/09/2009	3.216,02 ha

MN	Serra do Gambá	José Renato Cardoso Freitas jose.cardoso@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9711-2096	Estrada que liga as localidades de Água Limpa a Pinheiros, Zona Rural de Jeceaba	Jeceaba	.Decreto 45.471 de 21/09/2010	442,22 ha
PE	Mata do Limoeiro	Alex Luiz Amaral Oliveira alex.oliveira@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3799-9292 (31) 3839-2312 (31) 3839-2139 (31) 8823-0108 (31) 8311-6811 (31) 9337-2560 (31) 3864-1171 Residencial	Estrada p/ Macuco, s/ nº – Ipoema	Itabira	.Decreto 45.566 de 22/03/2011	2056,7084 ha
PE	Serra do Sobrado	Fernando Vilaça fernando.vilaca@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9336-2777		São José da Lapa	Decreto 45.509 de 25/11/2010	383,6040 ha
PE	Itacolomi	Juarez Távora Basílio juarez.tavora@meioambiente.mg.gov.br juarezitacolomi@yahoo.com.br peitacolomi@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9407-3333 (31) 3551-6193 (31) 9632-5852 8670-2901 Alcione	Rodovia BR 356, Km 98 – Ouro Preto CEP: 35.400-000	Ouro Preto Mariana	.Lei 4.495 de 14/06/1967	7.543 ha
PE	Serra do Ouro Branco	Letícia Dornelas Moraes leticia.dornelas@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9201-3545 (31) 3741-8242 (31) 9159-5333 (31) 8649-3273 (Cássia)	Av. Miguel Vieira Sobrinho, nº 137 - Bairro Estiva - Ouro Branco – Cep 36.420-000	Ouro Branco Ouro Preto	.Decreto 45.180 de 21/09/2009	7.520,79 ha

Coordenador de Áreas Protegidas: Márcio de Fátima Milagres de Almeida

APA	Fazenda Capitão Eduardo	Sem gerente		R. Padre Argemiro Moreira, São Gabriel CEP: 31.998-250	Belo Horizonte	.Lei 13.958 de 26/07/2001	206 ha
REVS	Libélulas da Serra de São José	Itamar Christófaros Silva itamar.silva@meioambiente.mg.gov.br	(32) 3353-6299 (32) 8416-6160	R. Antônio Cândido da Silva s/ nº, B. Pinheiro Chagas – Prados CEP: 36.320-000	Prados Tiradentes	RVSLSJ: .Decreto 43.908 de 05/11/2004 APASJ: .Decreto 21.308 de 19/05/1981 .Decreto 30.934 de 16/02/1990	REVS 3.717 ha APA 4.758 ha
APA	São José						
APA	Sul RMBH	Luiz Roberto Bendia roberto.bendia@meioambiente.mg.gov.br apasul.ief@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3581-3131 (31) 9994-0640 (31) 9159-1912	.Em Nova Lima: Av. Montreal s/ nº, B. Jardim Canadá CEP: 34.000-000 .Em Belo Horizonte: Via Geraldo Dias, s/ nº, B. Solar	Nova Lima	.Decreto 35.624 de 08/06/1994	165.260 ha
APA	Vargem das Flores	Laudicena Curvelo Pereira laudicena.curvelo@meioambiente.mg.gov.br laudicurvelo@gmail.com apavargemdasflores@meioambiente.mg.gov.br	9116-4040 (TIM) (31) 8862-6968	Estr. Vereador José Ferreira – Contagem	Nova Lima	.Lei 16.197 de 26/06/2006	12.269,95 ha
EE	de Arêdes	Luis Fernando dos Santos Climaco luis.climaco@meioambiente.mg.gov.br luis.climaco@bol.com.br	(31) 3563-4974 (31) 8749-9242	Agência de Itabirito – Rodoviária Nova – Av. dos Inconfidentes, 3977 – Itabirito CEP: 35.450-000	Itabirito	.Decreto 45.397 de 14/06/2010 Alteração da Área: Decreto Estadual nº 19.555 de 09 de Agosto de 2011 e Decreto Estadual nº 46.322 de 30	área atual da UC é de 1.187,2330 hectares

						de setembro de 2013	
MN	Serra da Moeda	Cristiana Batista da Costa cristiana.costa@meioambiente.mg.gov.br mnsn@meioambiente.mg.gov.br	9326-3333 (TIM) (31) 9795-1523	R. Maria Tereza, 69, Centro – Moeda CEP: 35.470-000	Itabirito Moeda	.Decreto 45.472 de 21/09/2010	2.372,5572ha
PE	Serra Verde	André Portugal Santana andre.santana@meioambiente.mg.gov.br peserraverde@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3455-5266 9159-5067 (TIM) (31) 9129-4976	R. João Batista Fernandes, 85 (Centro Comunitário), B. Serra Verde – Belo Horizonte CEP: 31.630-340	Belo Horizonte	.Decreto s/nº de 12/12/2007 .Decreto 45.077 de 31/03/2009	142,02 ha
PE	da Serra do Rola-Moça	Marcus Vinícius de Freitas perolamoca@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3581-3523	Em Nova Lima: Av. Montreal s/ nº, B. Jardim Canadá CEP: 34.000-000	Belo Horizonte	PESRM: .Decreto 36.071 de 27/09/1994	PESRM: 3.940 ha
EE	Fechos	marcus.freitas@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9280-5544 (Lauro Tuler)	Em Belo Horizonte: Via Geraldo Dias, s/ nº, B. Solar	Brumadinho Nova Lima Ibirité	EEF: .Decreto 36.073 de 27/09/1974	EEF: 603 ha
EE	Cercadinho	lauro.tuler@meioambiente.mg.gov.br	(31) 9280-5566			EEC: .Lei 15.979 de 13/01/2006	EEC: 224,89 ha

Regional Mata (Ubá) Supervisor: Alberto Félix Iasbick Coordenador de Áreas Protegidas: Priscila Titonele Lemgruber Costa Contatos: (32) 3539-2740 / (31) 9159-0560							
Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Ibitipoca	João Carlos Lima de Oliveira peibitipoca@meioambiente.mg.gov.br joão.lima@meioambiente.mg.gov.br	(32) 3281-1101 32.84083035	Parque Estadual do Ibitipoca, CX postal 17 Distrito de Conceição de Ibitipoca – Lima Duarte CEP: 36.140-000	Lima Duarte Santa Rita do Ibitipoca	.Lei 6.126 de 04/07/1973	1.488 ha
PE	Serra do Brigadeiro	José Roberto Mendes de Oliveira pebrigadeiro@meioambiente.mg.gov.br jose.oliveira@meioambiente.mg.gov.br	(32) 3721-7491 (31) 8494-1545 (31) 8494-1545	Estrada Araponga / Fervedouro, Km 15 CEP: 36.594-000	Araponga Fervedouro Miradouro Ervália Sericita Muriaé Pedra Bonita Divino	.Decreto 38.319 de 27/09/1996 .Decreto 44.191 de 2005	14.984 ha
EE	Água Limpa	Felipe Eugênio Parizzi felipe.parizzi@meioambiente.mg.gov.br	(32) 3421-1541 (32) 8851-2105	R. Gama Cerqueira 158, Centro – Cataguases CEP: 36.770-000	Cataguases	.Decreto 36.072 de 27/09/1994 .Lei 11.731 de 30/12/1994	70 ha

EE	Mar de Espanha	José Eduardo Paulo da Silva jose.silva@meioambiente.mg.gov.br	(32) 3276-1503 (32) 8803-2421 (32) 9159-1134	R. Senador Cortes s/ nº, Centro – Mar de Espanha CEP: 36.640-000	Mar de Espanha	.Decreto 16.580 de 23/09/1974 .Decreto 36.069 de 27/09/1994 .Lei 11.731 de 30/12/1994	188,47 ha
APA	Mata do Krambeck	Sem gerente			Juiz de Fora	.Lei 10.943 de 27/11/1992	293 ha

Regional Nordeste (Teófilo Otoni) Supervisor: Janaína Mendonça Pereira

Coordenador de Áreas Protegidas: Moacyr Afonso Figueiredo (33) 8830-1121 Contatos: (33) 3522-3953

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Alto Cariri	Sem gerente			Salto da Divisa Santa Maria do Salto	.Decreto 44.726 de 18/02/2008	6.151,14 ha
REVS	Mata dos Muriquis	Sem gerente			Santa Maria do Salto	.Decreto 44.727 de 18/02/2008	2.722,61 ha
APA	Do Alto do Mucuri	Antônio Marcos Pereira antonio.pereira@meioambiente.mg.gov.br	(33) 3522-3953 (31) 9477-9151	Rua Otto, 213, Marajoara – Teófilo Otoni CEP: 39803-084	Carai Catuji Itaipé Ladainha Novo Cruzeiro Malacacheta Poté, Teófilo Otoni	.Decreto 45.877 de 30/12/2011	325.148,8883 ha

Regional Noroeste (Unaí)							
Supervisor: Afonso Rodrigues Boaventura Coordenador de Áreas Protegidas: Paulo Sérgio Cardoso Vale Contatos: (38) 3677-9800							
Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
EE	de Sagarana	Maria Isabel Dantas Rodrigues maria.rodrigues@meioambiente.mg.gov.br estação.sagarana@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3635-1699 (38) 3635-4097 IEF (38) 9906-5103 Maria Isabel (38) 9913-3008 Paulo	Av. D, Quadra 35, Lote 1, Distrito de Sagarana – Arinos CEP: 38.680-000	Arinos	.Decreto s/nº de 21/10/2003	2.340,12 ha
PE	de Paracatu	Ilma Pereira de Souza ilma.souza@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3671-1714	Pça Jucelino Kubichek, 39 – Paracatu CEP: 38.600-000	Paracatu	.Decreto 45.567 de 22/03/2011	6.400,3442 ha

Regional Norte (Montes Claros)

Supervisor: Aneliza de Almeida Miranda Melo (38) 9133-3190 / (38) 9183-1101 / (38) 3224-7554

Coordenador de Áreas Protegidas: Edmar Monteiro Silva

Contatos: (38) 3224-7554 / (38) 8415-6545

Av. José Correia Machado, 900 – bairro Ibituruna – Montes Claros/MG – 39.401-832

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Grão Mogol	Carla Cristina de Oliveira Silva carlaief@yahoo.com.br carla.cristina@meioambiente.mg.gov.br joilson.soares@meioambiente.mg.gov.br	(38) 9971-1070 (38) 3238-1110 (31) 9891-8571 (38) 9941-2592	Rodovia MG 307, km 40, próximo à Barragem do Extrema	Grão Mogol	.Decreto 39.906 de 22/09/98 .Decreto 45.243 de 14/12/2009	28.404,48 ha
PE	Serra Nova	Plínio Santos de Oliveira plinio.oliveira@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3824-1353 (31) 9116-4126 (31) 9921-2929	Distrito de Serra Nova – Rio Pardo de Minas	Riacho dos Machados Porteirinha Mato Verde Rio Pardo de Minas Serranópolis de Minas	.Decreto s/ nº de 21/10/2003 .Decreto s/ nº de 29/12/2008	49.890,68 ha
PE	Caminho dos Gerais	Alessandre Custódio Jorge alessandre.custodio@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3814-1208 (38) 9131-0434 (38) 9921-7767 (38) 9133-3692	Av. Alcebíades Ribeiro, s/ nº, B. Santana – Mamonas CEP: 39.516-000	Gameleira Mamonas Espinosa Monte Azul	.Decreto s/ nº de 28/03/2007	56.237,37 ha
PE	Lapa Grande	Elisângela Alves Mota elisangela.mota@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3224-7550 (31) 9159-0249 (38) 9106-0447	Estrada do Alfeirão, KM 5, saída pelo B. Vila Atlântida, Zona Rural.	Montes Claros	.Decreto 44.204 de 10/01/2006	7.000 ha

PE	Montezuma	Edenilson Pereira da Rocha (Monitor ambiental temporariamente responsável) edenilson.rocha@meioambiente.mg.gov.br	(38) 3224-7550	R. Benevides José dos Santos, 155, Centro – Montezuma CEP: 39.154-70	Montezuma	.Decreto s/ nº de 28/09/2007	1.743,20 ha
----	-----------	---	----------------	---	-----------	------------------------------	-------------

Regional Rio Doce (Governador Valadares)

Supervisor: Edenilson Cremonini Ronquete
Coordenador de Áreas Protegidas: Luciana Oliveira Andrade
Contatos: (33) 3277-8686 / (31) 9326-2000

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Rio Doce	Vinicius de Assis Moreira periodoce@meioambiente.mg.gov.br	(31) 3822-3006 (31) 8403-6870 (31) 9326-1000	Distrito de Santa Rita – Marliéria CEP: 35.185-000	Dionísio Marliéria Timóteo	.Decreto Lei 1.119 de 14/07/1944 .Decreto 5.831 de 06/07/1960	35.970 ha
PE	Rio Corrente	Tuana Morena Marques Santos tuana.santos@meioambiente.mg.gov.br	(33)3299.1075	R. José da Costa, 290, Dist. Felicina – Açucena CEP: 35.152-000	Açucena	.Decreto 40.168 de 17/12/1998	5.065 ha
PE	Serra da Candonga	Hermógenes Ferreira da Silva Neto hermogenes.silva@meioambiente.mg.gov.br	(33) 3421-3355 (31) 9326-8888	R. Barão do Rio Branco, 348, Centro – Ganhães CEP: 39.740-000	Ganhães	.Decreto 40.170 de 17/12/1998	3.302,66 ha

PE	Sete Salões	Eslainy Aparecida Repossi eslainy.repossi@meioambiente.mg.gov.br	(33) 3261-1048 (33) 9968-5766 (33) 3263-1538 (31) 9326-0005	R. Agenor de Andrade, 1491, Centro – Cons. Pena CEP: 35.240-000	Conselheiro Pena Itueta Resplendor Santa Rita do Itueto	.Decreto 39.908 de 22/09/1998	12.521 ha
APEE	Pico do Ibituruna	Adele Meire Rodrigues Pena adele.rena@meioambiente.mg.gov.br	(33) 9140-9069 (33) 3277-8686 (31) 9116-4103	R. Barão do Rio Branco, 337, Centro – Gov. Valadares CEP: 35.010-030	Governador Valadares	.Decreto 22.662 de 14/01/1983	6.000 ha

Regional Sul (Varginha)

Supervisor: Ivan Luiz Leite Costa - Tel.: (35) 3229 1981
Coordenador de Áreas Protegidas: Júlia Cecília Martins Braga (35) 3229-1978
Contatos: (35) 3229-1817 / (35) 3229-1988 / (31) 9159-0867

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Serra da Boa Esperança	Cristiany Caetano Barbosa cristiany.barbosa@meioambiente.mg.gov.br	(35) 3851-5146 (35) 8866-5940 (31) 9982-7848	R. Capitão Neves, 367, Centro – Boa Esperança CEP: 37.170-000	Boa Esperança	.Decreto 44.520 de 16/05/2007	5.863,99 ha

PE	Nova Baden	Alberto Pereira Rezende alberto.rezende@meioambiente.mg.gov.br	(35) 99492104	Estrada Principal,s/nº, B. Nova Baden – Lambari	Lambari	.Decreto 16.580 de 23/09/1974 .Decreto 36.069 de 27/09/1994	214 ha
PE	Serra do Papagaio	Clarice Nascimento Latelme Silva clarice.silva@meioambiente.mg.gov.br	(35) 3343-1421 (35) 8882-0032 (31) 9159-0598	R. Capitão Mor Tomé Rodrigues, 375, Centro – Baependi CEP: 37.443-000	Aiuruoca Alagoa Baependi Itamonte Pouso Alto	.Decreto 39.763 de 05/08/1998	26.116,86 ha
APA	Fernão Dias	Raquel Junqueira Costa raquel.costa@meioambiente.mg.gov.br apafernaodias@gmail.com apafernaodias.ief@meioambiente.mg.gov.br	(35) 3433-2449 (31) 9159-6992 (35) 9145-1191	R. Maria Aparecida Vargas, 100, B. Centro – Camanducaia CEP: 37.650-000	Brasópolis Camanducaia Extrema Gonçalves Itapeva Paraisópolis Toledo Sapucai-Mirim	.Decreto 38.925 de 17/07/1997	180.373 ha

Regional Triângulo (Uberlândia)

Supervisor: Marina Lígia de Oliveira Rocha (Substituta) Edylene Marota Guimarães

Coordenador de Áreas Protegidas: Leonardo Massamitsu Ogusuku

Contatos: (34) 3212-2451

Cat.	Nome UC	Nome do responsável	Telefone	Endereço	Cidades	Legislação	Área da UC
PE	Pau Furado	Bruno Rosa Alves bruno.alves@meioambiente.mg.gov.br	(34) 9673-4656 (34) 9273-7083	Pça Tubal Vilela, 3, Centro – Uberlândia CEP: 38400-068	Araguari Uberlândia	.Decreto s/ nº de 26/01/2007	2.184,93 ha
REVS	Rios Tijuco e da Prata	Celi Aparecida da Silva Machado celi.machado@meioambiente.mg.gov.br	(34) 3261-6299 (34) 9656-3103		Ituitaba Campina Verde Prata Guarinhatã Ipiacu	.Decreto 45.568 de 22/03/2011	9.750,4026 ha

Belo Horizonte, 13 de Maio de 2014.

-: ALEX DE MELLO, CORONEL PM :-
Chefe do Gabinete Militar do Governador e
Coordenador Estadual de Defesa Civil

ANEXO B

PRINCIPAIS CONTATOS DA FORÇA TAREFA PREVINCÊNDIO (FTP)

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Marília de Carvalho Melo	SEMAD		3915-1170/ 9984-90558
Ana Carolina Miranda	SEMAD/Superintendente	anacarolina.miranda@meioambiente.mg.gov.br	3915-1160/9280-5553
Zenilde das Graças Guimarães Viola	SEMAD/Diretora	zenilde.guimaraes@meioambiente.mg.gov.br	3915-1386
Henri Dubois Collet	SEMAD/Coordenador operacional	henri.collet@meioambiente.mg.gov.br	3915-1386/9280-5222
Bruno H. S. Passini	SEMAD/Coordenador das bases	Bruno.passini@meioambiente.mg.gov.br	3915-1385/9280-5454
Armando Leonardo L. A., Cel PM	PMMG/ DMAT	dmat@pmmg.mg.gov.br	3915-7927/ 9893-4537
Afrânio Lúcio Vasconcelos	DEMA / PCMG	afraniovasconcelos@hotmail.com	9806-0867 / 9731-0199
Dernival campos da Cruz	POLÍCIA CIVIL / Hangar	drcampos.hangar@pc.mg.gov.br	9828-6210
DR. ANFRÂNIO	POLÍCIA CIVIL		3212-1043/9806-0867/97310199
DR. ANA CLÁUDIA TERRY	POLÍCIA CIVIL		3915-7378/ 9804-7003
Anderson de Oliveira, Maj PM	CEDEC	anderson_defesacivil@yahoo.com.br	3915-0211
Paulo Afonso Montezano Crispim, Cap	CEDEC	paulo.montezano@defesacivil.mg.gov.br	3915-0247
Maurício de Lima Ramos, TenCel BM	CBMMG / BOA		3494-8335/ 9817-6309
Anderson Passos, Cap. BM	CBMMG	passos@cbmmg.mg.gov.br	9802-3812
Cleber Ribeiro de carvalho, 2º Ten.	CBMMG / Adjuntoria Ambiental	cleber42@gmail.com	9270-2229
Marcello, Cel BM	CBMMG		3247-3600/ 9795-9250
Ledwan, TenCel PM	PMMG/ CORPAER		3307-0207/ 9602-0482
Windson Jeferson Mendes, TenCel PM	PMMG/ CORPAER	windson@hotmail.com	3307-0217/ 8860-3683
Marcos Ortiz	IEF		3915-1386/ 9280-5300

Belo Horizonte, 13 de Maio de 2014.

-: ALEX DE MELLO, CORONEL PM :-
Chefe do Gabinete Militar do Governador e
Coordenador Estadual de Defesa Civil